



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

JOSÉ DONIZETTI BRANDINO DE OLIVEIRA

**“O Mito da Democracia Racial”: um olhar sobre os
movimentos negros em Londrina - 1940-1960**

LONDRINA
2002

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

**CENTRO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**“O Mito da Democracia Racial”: um olhar sobre os
movimentos negros em Londrina - 1940-1960**

JOSÉ DONIZETTI BRANDINO DE OLIVEIRA

Dissertação apresentada ao Programa
Associado de Pós-Graduação em História
Social, UEM/UEL como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Enezila de Lima

LONDRINA
2002

JOSÉ DONIZETTI BRANDINO DE OLIVEIRA

**“O Mito da Democracia Racial”: um olhar sobre os
movimentos negros em Londrina - 1940-1960**

Dissertação _____

Aprovada em: ____/____/____

Comissão Examinadora

Prof.^a Dr.^a Enezila de Lima
(orientadora)

Prof. Dr. Paulo Alves
(Examinador)

Prof. Dr. Paulo Henrique Martinez
(Examinador)

Londrina, ____ de _____ de 2002.

Dedicatória:

Para meus pais, queridos, amigos e sempre presentes.

Para Sirlene, Mariana e Nandinha, razão de tudo...

“Rirão de mim muito tempo
Os que não nasceram assim,
Pele negra lábios grossos,
E o cabelo pixaim.
No solo deste país,
Os nossos avós riem mais,
Foram eles que plantaram
Algodão, cana e café.
E extraíram o ouro,
Que enfeita catedrais,
O solo deste país,
E tudo que nele há.
Edifícios, ferramentas,
Plantações e tudo mais,
Têm o sangue dos meus avós,
E a cara dos meus pais”.

(Luiz de Melo Santos)

Agradecimentos

Esta pesquisa é parte de um projeto que começou em uma aula de História do Brasil, passou pela especialização e agora mestrado, porém sinto que ainda falta. A aula era ministrada pela Prof^a Enezila que me fez apaixonar pelo tema e pela História. Sua orientação neste trabalho fazia parte daquele sonho e como sempre ainda mais, demonstrou competência, seriedade, carinho e muita paciência, o que me faz admirá-la cada vez mais. Portanto, são poucas as linhas para agradecê-la e com certeza sem sua dedicação esta parte do projeto não teria se concretizado.

Ser pesquisador, em meio a tantas aulas de Ensino Médio é ser amigo das madrugadas e dispensar alguns passeios pela vida cotidiana, é mudar totalmente o ritmo. Neste sentido queria agradecer todo o pessoal do Colégio Universitário e do Vicente Rijo, especialmente a Prof. Vera Akaishi que me dispensou em alguns momentos importantes e aos meus alunos que muitas vezes sem entender desviaram minha atenção e me proporcionaram momentos agradáveis.

Aos meus amigos, que me viram angustiado, principalmente por causa do tempo, mais me acolheram. Como não lembrar de todo o pessoal do departamento de estudos sociais do Colégio Universitário: Jane, Quícoli, Marcelo e Luís e da Maria Rita e da Léo, presenças constantes e da Supervisão (Verlaine, Sônia e Sidney). E da ‘turma’ do Vicentão, como não se referir[...] Também, quero lembrar da Edna tão querida.

Ao Dr. Oscar, Idalto e Edmundo que me contaram sobre suas causas negras. Também, à Prof. Áurea do Museu e as meninas NEAA muito simpáticas e prestativas. Para o pessoal do Departamento de Cultura, da Biblioteca Municipal e a Biblioteca interna da Prefeitura.

À banca de qualificação que corrigiu e me fez prestar atenção nos equívocos.

Para Victor que com presteza arrumou tudo, pois só os amigos dispensam um final de semana para melhorar o visual técnico de um trabalho.

Enfim, para a Prof. Lúcia que leu, recomendou e emprestou seu conhecimento sobre a causa negra, tudo isto sem me conhecer direito. E só assim, com a contribuição de todos que um professor sem licença, afastamentos e com muitas aulas pode tentar penetrar no mundo da pesquisa.

OLIVEIRA, José Donizetti Brandino de. “O Mito da Democracia Racial”: um olhar sobre os movimentos negros em Londrina - 1940-1960. Tese de Mestrado. UEL/UEM: 2002.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo contribuir para o estudo das desigualdades raciais no Brasil. Voltada para o esclarecimento da gênese, implantação e consolidação do mito da democracia racial na sociedade brasileira, buscou-se analisar os movimentos negros na cidade de Londrina - Pr. (1940 –1990), pois é uma cidade de médio porte da região sul do país de população predominantemente branca e que teve sua fundação no período de implantação do mito.

OLIVEIRA, José Donizetti Brandino de. **“O Mito da Democracia Racial”**: um olhar sobre os movimentos negros em Londrina - 1940-1960. Tese de Mestrado. UEL/UEM: 2002.

ABSTRACT

The present research has the main goal to contribute in the study of the racial differences in Brazil. It has the objective to improve the understanding on the genesis, implantation and consolidation of the racial myth of the Brazilian Social Democracy. We searched to analyse the Black Movements in the city of Londrina – state of Parana (1940 – 1990) for it is a medium size city in the South Region of Brazil - mostly white and it was founded during the period of the myth implantation.

LISTA DE SIGLAS

AROL – Associação Recreativa Operária de Londrina

ASSOCISAMBA – Associação das Escolas de Samba de Londrina

CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná

CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná

FNB – Frente Negra Brasileira

MECAB – Movimento e Estudo da Cultura Afro- Brasileira

MUCON – Movimento de União e Consciência Negra

MNU – Movimento Negro Unificado

NEAA- UEL – Núcleo de estudos Afro- Asiáticos da Universidade Estadual de Londrina

INTRODUÇÃO

Doravante, a história deixa de ser uma ciência serena e indiferente. Ela se abre às preocupações contemporâneas de que é expressão. (Philippe Ariès)

Esta pesquisa tem como objetivo contribuir para o estudo das desigualdades denominadas de raciais no Brasil. Voltada para o esclarecimento da gênese, implantação e consolidação do mito da democracia racial na sociedade brasileira. A particularidade de nossa contribuição reside no fato de escolhermos como foco de nossa atenção, os movimentos negros em uma cidade considerada de médio porte na região sul do Brasil e que teve sua fundação no período de implantação do mito. Poucos estudos de tal tipo analisam a região sul do país de população predominantemente branca, e pouquíssimos se atem a analisar pequenas e médias cidades interioranas.

Dessa forma, nosso estudo acompanha não só o interesse especial revelado recentemente pela reflexão acadêmica para com a história contemporânea do Brasil, como também, com os estudos sociais que pretendem entender as diversas identidades, componentes da chamada “nação brasileira”.

Para nós, transitar pela complexidade deste assunto, exigiu um esforço de compreendê-lo, não só em suas particularidades, mas dentro de um projeto governamental apanhado de uma determinada elite econômica e intelectual. Este projeto governamental concentrou esforços no sentido, notadamente, a partir dos anos 30 do século passado, na

3disciplinarização social, através da idéia de construir uma nação una, harmônica, pois sem conflitos. Daí, a constituição do mito da democracia racial.

Porém, procuramos não só mostrar o que o projeto e o mito escondem, outros tantos já o fizeram, mas no que ele se afirma, ou seja sua significação na realidade brasileira e em particular no espaço social que escolhemos.

A eleição da movimentação dos negros, ocorreu logo de início, pois pensamos, ser uma das mais evidentes manifestação da impossibilidade da constituição de uma nação una no país, mesmo através da mulatização e assimilação cultural, como pretendia o projeto disciplinador apontado.

Fugimos das análises que paralisavam a atuação do negro como agente social e de sua vida cotidiana em modelos cristalizados, tais como o culturalismo de Gilberto Freyre – construtor intelectual do mito da democracia racial – ou das análises classistas de Florestan Fernandes e outros – desconstrutores do mito. Mas comungamos daquelas análises integradas, nas quais as estruturas culturais e sócio-econômicas se fundem para que se possam entender as micro-histórias da vida cotidiana.

Dessa forma, ainda que alertado para o perigo de se fazer uma história vista – somente – de “baixo”, não pudemos desprezar totalmente sua metodologia, aliás, como não desprezamos àquelas metodologias das análises acima criticadas, já que todas elas de alguma forma fizeram ressuscitar a história do negro no país.

Assim, apesar de nossa pesquisa iniciar, conferindo como certas análises sócio – historiográficas vislumbraram a participação do negro na escravidão e no período posterior, com a pretensão de perceber a gestação do mito da democracia racial e dos movimentos negros nacionais, nos restringimos, propriamente, ao período de 1940 até 1990, na cidade de Londrina – Paraná, anos marcantes pelas primeiras movimentações negras até a instituição de um Conselho Municipal de Apoio às Comunidades Negras .

É interessante, pois o período que abrange a pesquisa na cidade, fundada na década de 30 do século passado, é o mesmo da gestação e consolidação do mito da democracia racial, portanto suas histórias correm paralelas ou amalgamadas. Pensamos que estudar os movimentos negros neste período, é perceber como foram urdidos entre momentos de assimilação, contestação ou equilíbrio, à uma realidade baseada na exclusão ou na hipócrita ocultação desta exclusão. A novidade, então, recaí justamente na escolha de uma cidade interiorana de um Estado, onde a população é predominantemente branca, ou pelo menos é desta forma como se vê ou como vê os censos demográficos.

Durante a investigação julgamos apropriado nos determos, não penas, na atuação dos “personagens principais” destes movimentos – os negros -, mas também, em outros personagens envolvidos, cuja a postura reflete, muitas vezes, o posicionamento de outros segmentos sociais. Trata-se de analistas sociais (muitos historiadores e sociólogos), jornalistas, pessoas anônimas ou não consideradas “brancas” e autoridades políticas. Entretanto, procuramos privilegiar, sempre que possível, a ótica dos negros, embora reconheçamos as limitações impostas pelas fontes consultadas, já que mesmo no caso de depoimentos das pessoas envolvidas diretamente, ou eles estavam imbuídos pelo assimilacionismo estratégico ou pela política de contestação cega.

A escassez de fontes sempre foi nossa preocupação, principalmente, no caso dos movimentos negros locais, porém, sabemos que é uma das características específicas quando se quer estudar temas populares no Brasil. Por isso, mesmo correndo alguns riscos, utilizamos grandemente de depoimentos orais, fotografias, artigos de jornais e outros, como atas de reuniões, registros em cartórios, manuscritos, dados estatísticos oficiais e análises sócio-históricas. Foi instigante forjar ferramentas para construir uma metodologia que pudesse retirar da memória de certos segmentos sociais, a história dos movimentos negros da cidade.

A categoria vida cotidiana criada por Agnes Heller, nos deu suporte para entender as participações individualizadas dos negros, a idéia de circularidade cultural que Carlo Ginzburg, retirou de Mikhail Bakhtin, nos auxiliou no entendimento de assimilação cultural (não só vista como reprodução, mas como “influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica) e, ainda, a posição do sociólogo brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro de que há um autoritarismo socialmente implantado, nos fez pensar no processo de exclusão e disciplinarização da gente negra no Brasil.

Sendo assim, no primeiro capítulo desenvolve-se considerações sobre a produção historiográfica acerca da participação do negro na história brasileira, partindo da concepção do escravo como *coisa*, como mercadoria contrariando a suposição da existência de uma escravidão benigna, enquanto encontrada na literatura e nas obras de história.

Num segundo capítulo, a preocupação volta-se para as concepções historiográficas a respeito da participação do negro na construção da formação social brasileira

particularmente em relação a idéia de nação e pátria e do conseqüente mito da democracia racial.

O terceiro capítulo, trata da discussão sobre as ações dos movimentos sociais negros existentes no Brasil. E o quarto capítulo, analisa o movimento negro em Londrina no período de 1940-1990.

Sabíamos, desde o início desta pesquisa, da necessidade de recorrer às entrevistas orais. Fizemos duas grandes entrevistas, uma com o Dr. Oscar Nascimento, um dos presidentes da AROL – Associação Recreativa Operária de Londrina –, fundada em meados dos anos cinquenta do século passado. Oscar Nascimento tem um rico arquivo sobre o movimento negro em Londrina, com uma vasta documentação de Cypriano Manoel, o mais antigo líder negro da cidade. Um outra com Idalto José de Almeida, do MUCON – Movimento de União e Consciência Negra – fundado em 1985, a partir de debates que estudantes universitários negros e a Pastoral da Juventude Negra sobre a questão racial no Brasil.

São dois movimentos e dois momentos da história do movimento negro em Londrina. Os dois depoimentos foram de fundamental importância porque os depoentes puderam, ao longo da entrevista, analisar o passado no presente e rever posições a partir da problemática do presente. Com Oscar Nascimento, advogado, 72 anos, foi um mergulhar no seu passado e no de Cypriano Manoel - de cuja existência nada sabíamos - e, no presente, percebemos a leitura do passado com a nostalgia que lhe é peculiar, mas com problemas e questões ainda atuais. Com Idalto José de Almeida, conselheiro municipal do menor e

adolescente, bem mais jovem - 43 anos -, foi recuperar, num passado mais próximo, no qual as mudanças são mais rápidas as novas formas de ação do movimento negro.

Através dessas entrevistas foi possível buscar, a partir do passado vivido por essas pessoas, aspectos importantes, episódicos e situações que marcaram as ações de grupos sociais da sociedade londrinense, após vinte e trinta anos de existência. Em outras palavras, os depoimentos propiciaram a busca da identidade individual e coletiva, ao enfatizar o subjetivo e “permitir a inserção do particular, do pequeno, do cotidiano (...), ou seja, de testemunhos e conteúdos alijados pela história oficial”,¹ como inúmeras passagens da história do movimento negro de Londrina, portanto da cidade de Londrina, por nós totalmente desconhecidos.

A oralidade, na história, está relacionada à questão da memória, pois a pessoa, ao fazer o depoimento, não relata apenas o que interferiu em sua vida, mas também, sobre aspectos que vêm de gerações passadas – tradições, valores morais e ético – e que acabam por fazer parte da memória individual e coletiva, como bem assinala Luiz Norberto Guarinello:

Memória, em primeiro lugar, é algo que não está em lugar algum, porque ocupa e preenche todos os lugares. É um substrato, repositório dos produtos de nosso passado que sobrevivem no presente, condição mesmo do tempo presente. [...] A memória é uma ação representativa, parte da atividade auto-representativa que uma sociedade, grupo ou indivíduo produzem de si, para assumirem e defenderem sua identidade e para orientar sua ação individual.²

Nesse sentido, o depoimento é um meio privilegiado que permite buscar a vida cotidiana, para descobrir a relação da sociedade com o sujeito ou a coletividade e

¹ VIDAL, Diana Gonçalves. De Heródoto ao gravador: história da história oral. *Revista Resceiente*. Campinas, SP, 1990, p. 78.

² GUARINELLO, Norberto Luís. Memória coletiva e história científica. *Revista de História*, v. 15, n. 28, pp. 180-193. São Paulo, 1995.

conhecer como um e outro vivenciaram esse passado e como dele se lembram. Diana Vidal esclarece que a memória faz uma seleção do passado, no presente, Isto é, nem tudo é lembrado, mas aqueles aspectos que marcaram o passado em relação ao presente.

CAPÍTULO I - O NEGRO NA HISTORIOGRAFIA SOBRE A ESCRAVIDÃO

Quem descobriu o Brasil

Foi o negro que viu
A crueldade bem de frente
E ainda produziu milagres
De fé no Extremo Oriente.
(Caetano Veloso)

Este capítulo tem por objetivo analisar o modo como o negro é tratado nos estudos históricos sobre o Brasil. Para tanto, pretende-se, numa perspectiva comparativa, revisitar tendências atuais, à luz do que anteriormente se escreveu sobre a escravidão.

É importante salientar, logo de início, que ocorreram mudanças significativas na historiografia da História Social no Brasil contemporâneo³ e, à medida em que a escravidão se enquadra nesse campo de pesquisa, essa temática sofreu e sofre os efeitos dessas mudanças.

Quais são essas mudanças do percurso historiográfico no Brasil? Como se processaram as renovações e as reconstruções da história do negro no país? São esses os questionamentos que vamos elucidar no âmbito restrito da problemática do negro e da escravidão na historiografia brasileira.

³ DECCA, Edgar S. de. *Rebeldia e Revolução na História Social*. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). *Jogos da Política: imagens, representações e práticas*. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, 1992. SILVA, Zélia L. *A história social em debate* [ex. mimeo], 1994. CASTRO, Hebe. *História Social*. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 45-59.

Nas décadas de 1920 e 1930, a historiografia brasileira sobre a escravidão estava orientada pelos conceitos positivistas e cientificistas e marcada por uma ideologia de branqueamento da sociedade. A população negra era vista como inferior e, a escravidão, como uma memória recente e expressa pelas relações “senhor” e “escravo”. Nina Rodrigues, Oliveira Vianna e Sílvio Romero, são os representantes máximos desse pensar. Suas obras são marcadamente racistas e vêem o “branqueamento” populacional como forma de solucionar o problema social brasileiro ⁴.

Gilberto Freire, em *Casa Grande & Senzala*, publicada em 1933, pretendeu questionar o racismo presente nessa concepção, mas acabou, de um lado, por identificar um patriarcalismo na escravidão açucareira nordestina e, de outro, por construir a concepção de que tivemos no Brasil relações escravistas em geral harmoniosas,⁵ dando início ao mito da humanidade do senhor e da docilidade e submissão do escravo.

Percebe-se que essas duas concepções - saneamento racial e docilidade e submissão do escravo são antagônicas, porém se tocam no sentido de que a primeira, pressupõe a eliminação da raça negra pelo branqueamento e a segunda na eliminação das

⁴ Sílvio Romero, se apresentava como darwinista social, argumentando que a raça e o ambiente eram as chaves para a compreensão da sociedade. Pregava que a imigração européia iria apressar o processo necessário de branqueamento no Brasil. Entre suas obras, destaca-se *História da Literatura Brasileira*, de 1888. Nina Rodrigues, por sua vez, seguiu de perto a Escola de Criminologia Italiana, de onde vinculou os traços lombrosianos ao perfil mestiço do brasileiro na explicação de nossa degenerescência racial e, assim, condenar o cruzamento racial. O título de sua obra principal retrata sua preocupação: *Mestiçagem, degenerescência e crime*, de 1898. Em *Populações Meridionais do Brasil*, de 1918, Oliveira Viana trouxe como novidade no estudo racial brasileiro, a idéia da existência de uma raça superior, próxima da raça ariana, que vinha do cruzamento do português com um negro africano de alta linhagem. Apud SCHWARCZ, Lília M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993., SKIDMORE, Thomas. *O Brasil visto de fora*. São Paulo: Perspectiva, 1994, pp. 71-80 e SILVA, Lúcia Helena. *Construindo uma nova Vida: Migrantes paulistas afro-descendentes na cidade do Rio de Janeiro no pós-abolição (1888-1926)*. Tese de doutoramento, IFCH/ UNICAMP.2001.pp.8-10.

⁵ Cf. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 19. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1978, p. 393, “[...] salientamos a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maior no Brasil do que em qualquer outra parte da América”.

diferenças sociais. Entretanto, segundo Laura de Mello e Souza,⁶ a percepção da mestiçagem como valor positivo permitiu com que Freyre valorizasse a cultura, ao destacar a

[...] originalidade de prática, crenças e costume cotidianos tributários do entrecruzamento dos três grupos que constituíram o povo brasileiro: portugueses, africanos e indígenas.

A importância de *Casa-Grande & Senzala* na caracterização do sistema escravista, criticado por pretender instaurar no Brasil uma “democracia racial”, valoriza a cultura negra e, a partir daí, traça um arcabouço teórico que permite incluir o negro na formação do povo brasileiro. Esta idéia não só teve grande aceitação no Brasil, mas, ao extrapolar os limites nacionais, influenciou historiadores estrangeiros, como é o caso do norte-americano Frank Tannembaum que, em 1947,

[...] publicou um pequeno livro sobre o negro como “escravo e cidadão”, no qual admitia que o tratamento dado ao negro nas plantações norte-americanas seria mais desumano do que o recebido pelos escravos nos engenhos do Brasil.⁷

Vinte anos depois, um outro historiador norte-americano, Eugene Genovese – já com concepção diferenciada da tese exposta acima – trabalha com a categoria paternalismo de Gilberto Freyre, apesar das diferenças e semelhanças entre o escravismo sulista norte-americano e o nordestino brasileiro:⁸

[...] os senhores de escravos do Sul dos Estados Unidos são os que mais lembram os do Nordeste brasileiro.[...] os dois grupos diferiam muito em

⁶ SOUZA, Laura de Mello e. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial. In: FREITAS, Marcos de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998, pp. 17-38, cit. p. 21.

⁷ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Livro dos prefácios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 299.

⁸ GENOVESE, Eugene D. *O mundo dos senhores de escravos: dois ensaios de interpretação*. Tradução de Laís Falleiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970, p. 102.

ambiente e herança institucional e ideológica. Os brasileiros emergiram de uma sociedade senhorial, aderiram a uma religião medieval, aceitaram princípios políticos conservadores e tradicionais, e eram alegremente livres, simples e latinos em seus hábitos sexuais e atitudes em relação à miscigenação. Os senhores escravistas americanos surgiram da sociedade burguesa mais adiantada do mundo, aderiram a uma religião [...] burguesa, aceitaram princípios políticos liberais e democráticos, e eram melancolicamente reprimidos, dominados pela culpa, e anglo-saxônicos em seus hábitos sexuais e atitudes relativas à miscigenação. Contudo, os dois grupos se aproximam muito dos padrões de paternalismo que associamos à fazenda patriarcal.

Por sua vez, o pesquisador Jacob Gorender, embaralhando a primeira e a segunda vertente historiográfica americana, contesta a maneira como ambas desenvolveram a concepção de que o escravismo ibérico era fruto da proteção oferecida pela lei, pela religião e pelo governo colonial, e, portanto, seria mais ameno do que o da costa sul dos Estados Unidos, violento e cruel, em razão de sua estruturação capitalista⁹.

Sílvia Lara constata nas suas reflexões sobre a tese da brandura entre senhores e escravos no Brasil, que

[...] o enfoque histórico estava diretamente ligado ao estudo das relações raciais na atualidade: uma escravidão amena e suave no passado, onde o cativo tivesse certos direitos assegurados ou a miscigenação quebrasse a rigidez social correspondia e engendrava a harmonia racial do presente.¹⁰

Quando se parte para a contestação da tese de uma escravidão amena, nota-se a criação de uma outra concepção, cimentada no antagonismo paternalismo *versus* violência e que continua alimentando longas e exaustivas discussões que, por vezes, obliteram um outro entendimento sobre escravidão.

⁹ GORENDER, Jacob. *Escravidão colonial*. 4. ed. rev. e amp. São Paulo: Ática, 1985, p. 36.

¹⁰ LARA, Sílvia. *Campos de violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 99.

Sidney Chalhoub, afirma que a benevolência tornou-se um mito na temática da escravidão, mas que o mesmo foi “sobrepudantemente” demolido pela produção acadêmica dos anos sessenta e setenta.¹¹

A esteira dessas reflexões conduzem a um outro discurso que, ao contestar o caráter benevolente da escravidão, criou o mito do escravo como coisa, cuja origem remonta aos anos cinquenta. A noção de escravos *coisa* também se faz presente na visão economicista do tripé colonial – grande propriedade, produção para o mercado externo e escravidão – que está presente nos trabalhos de Caio Prado Júnior, Fernando Novais,¹² que são responsáveis pelas grandes obras que norteiam, juntamente com Gilberto Freyre, as leituras sobre a escravidão.

O término da Segunda Grande Guerra trouxe, por um lado, a derrota do nazi-fascismo e o fim das perspectivas arianistas de *raça pura* e, de outro, a intensificação da luta do negro norte-americano pela igualdade racial e pela ampliação dos direitos civis. Por sua vez, em decorrência das mudanças ocasionadas pelo conflito mundial, nos estudos históricos surgiram novos enfoques teóricos, com maior rigor nos métodos e a ampliação dos seus horizontes de pesquisa, graças a contribuição dada pelas ciências humanas.

Assim, a partir dos anos 50, houve nos Estados Unidos, onde a luta do movimento negro se fazia mais intensa, um maior interesse pelos estudos sobre a escravidão

¹¹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 35-36.

¹² NOVAIS, Fernando. *Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial (séculos XVI –XVIII)*. *Cadernos CEBRAP*, 17. São Paulo: Brasiliense, 1973. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1979. PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

negra, o que deu origem a uma nova corrente historiográfica que passou a questionar as teses da escravidão benévola.¹³

A repercussão da produção norte-americana encontrou ressonância no Brasil, num momento de crescente conscientização das condições históricas do *subdesenvolvimento*, ou seja, dos problemas de ser periferia do mundo capitalista, o que permitiu uma maior visão dos problemas sociais existentes no país. Foi um período de longas discussões e de efervescência política e intelectual em que o interesse pelas questões nacionais, mormente pelas condições de vida das classes de baixa renda ou dos sem renda e das minorias oprimidas, introduziu mudanças nos estudos históricos, possibilitando uma releitura dos estudos sobre a escravidão negra.

Sérgio Buarque de Holanda, no prefácio do livro de Suely Robles Reis de Queiróz - *A escravidão negra em São Paulo* -,¹⁴ afirma ser essa obra, que tem seu suporte, sobretudo em fontes manuscritas, a denúncia de um outro mito, o do “senhor benévolo”, razão pela qual,

[...] situa-se bem na linha revisionista dos estudos afro-brasileiros iniciados no Brasil, a bem dizer, com os trabalhos sociológicos de Roger Bastide e Florestan Fernandes e, no campo da história, com o estudo de Emília Viotti da Costa sobre escravidão.

O autor refere-se aos estudos desenvolvidos, pela então denominada *escola paulista* de Sociologia, cujos trabalhos iniciais de revisão à obra de Gilberto Freyre foram

¹³ DAVIS, David Brion. *El problema de la esclavitud en la cultura occidental*. Tradução espanhola. Buenos Aires: Paidós, 1968. GENOVESE, Eugene D. *O mundo dos senhores de escravos*, op. cit., e *A economia política da escravidão*. Tradução portuguesa. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

¹⁴ QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olimpyo/ Brasília, DF: INL, 1977, p. XVII.

desenvolvidos por Roger Bastide e Florestan Fernandes nos anos cinquenta. Posteriormente, a eles se agregaram Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. A *escola paulista*, com uma vasta produção, ao criticar aos mitos do paternalismo e da democracia racial de Gilberto Freyre,¹⁵ toma a escravidão como a sustentação do processo de acumulação de capital, instituída para sustentar o mercado e o lucro e apontam a violência como ponto básico da relação senhor e escravo.¹⁶ Seus estudos revisionistas influenciaram as análises escravistas marxistas dos anos 60 e 70.¹⁷

Os autores da *escola paulista*, ao rebaterem essas teses - escravo submisso e senhor benévolo -, respaldaram-se no estudo de Malheiro,¹⁸ e passaram a ver na violência a única forma de controle da massa escrava e, portanto, da manutenção do regime escravista, por meio da dominação senhorial.

¹⁵ Citando apenas os primeiros trabalhos de cada autor, ver: BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1955. BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. *Branco e negro em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1971. CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 (a primeira edição é de 1962). IANNI, Octavio Ianni. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

¹⁶ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em debate. In: FREITAS, Marcos (org.), op. cit., p. 106.

¹⁷ Ver, entre outros, COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966. QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra em São Paulo*, op. cit.

¹⁸ Com base no Direito Romano e com o objetivo de convencer setores conservadores sobre a importância da abolição da escravatura, Perdígão Malheiro escreveu *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília, DF: INL, 1976, 2 vs. No v. 1, p. 35, destaca o princípio da coisaificação do escravo, ao afirmar: “Desde que o homem é reduzido à condição de *cousa*, sujeito ao *poder* e *domínio* ou propriedade de um outro, é havido *por morto*, privado de *todos os direitos*, e não tem *representação alguma*, como já havia decidido o Direito Romano”. [grifos o autor]. Para uma discussão sobre o assunto Ver CHALHOUB, Sidney, op. cit., pp. 33-42.

Assim, ao combaterem tal mito, criaram um outro - o escravo como *coisa* -, isto é, a *coisificação* do escravo -, esquecendo-se de que a contradição *coisa/pessoa* não destituiu o escravo do ato de vontade subjetiva, isto é, da reação a sua escravização.¹⁹

Aqueles que optaram por trabalhar com o modo de produção escravista colonial vislumbravam a colônia em seu caráter periférico e subordinado, e a escravidão como pólo de sustentação desse sistema. O relacionamento entre senhores e escravos baseava-se na reificação destes últimos.²⁰

Assim, à tríade - controle, paternalismo, violência - se impôs a dualidade violência *versus* paternalismo.

Essas análises recaíram, sobretudo, no estudo da escravidão colonial, talvez devido a facilidade no emprego do modelo explicativo da luta de classes, como motor da história, segundo as formulações teóricas do marxismo.

Observa-se ser a violência o eixo fundamental no entendimento da escravidão. Não se está negando a presença da violência. Porém, a crença de que esse eixo explica tudo e que acabou gerando seus próprios mitos e imobilismos, como bem esclarece Chalhoub.

¹⁹ Cf. REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.13, mesmo sob a ameaça do chicote, “o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores, ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia os senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente”.

²⁰ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*, op. cit. e CARDOSO, Ciro F. O modo de produção escravista colonial na América. In: SANTIAGO, Theo (org.). *América Colonial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

As pesquisas de Maria Sylvia de Carvalho Franco, Antônio Barros de Castro e Eugene D. Genovese surgiram como fagulhas ou alfinetadas dentro deste modelo explicativo e já apontavam para sua substituição.

Maria Sylvia de Carvalho Franco,²¹ ao analisar a escravidão dentro do movimento engendradora do capitalismo, destaca que, enquanto na Europa o desenvolvimento do capitalismo, ao expropriar o homem de seus meios de produção, deu origem ao assalariado, na América, pelo mesmo caráter de expropriação, originou-se o escravo, expropriado de sua identidade de origem e posto sob a dominação e controle num sistema de produção. Na sua concepção, é o capital que estabelece as relações econômicas e sociais, sobre a nova estrutura social.

Por sua vez, Antônio de Barros Castro²² salienta que a escravidão não tinha uma determinação econômica ou social, pois nascida da composição pessoal entre senhores e escravos. Ora, nesta concepção, o escravo deixa de ser coisa e passa a ser um dos agentes essenciais no âmbito de uma sociedade de classes em constituição no século XX.

Eugene Genovese²³ ao analisar o estabelecimento dos sistemas escravistas nas Américas, conclui, como já assinalado, que os senhores de escravos do Sul dos Estados Unidos eram os que mais se pareciam com os do Nordeste brasileiro, pois,

Nada indica tão claramente o enorme poder social, ideológico e psicológico da relação senhor-escravo quando enraizado numa sociedade baseada em

²¹ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Organização social do trabalho no período colonial. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980, pp. 145-192.

²² CASTRO, Antônio Barros de. A economia política, o capitalismo e a escravidão. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção da realidade brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980, pp. 67-107.

²³ GENOVESE, Eugene D., op. cit., p. 102.

propriedade rural. Com todo o incentivo da Igreja e do estado metropolitano, e com toda a sua herança institucional e moral, é bastante duvidoso que os escravocratas brasileiros mostrassem um grau maior de paternalismo do que os da Virgínia, da Carolina do Sul ou do Mississippi.

Como se observa, o autor parece contradizer tese anterior, salientando que o caráter patriarcal da escravidão não era uma herança européia, mas uma construção do próprio sistema escravista, ao afirmar:²⁴

O fundamento do ethos patriarcal e paternalista provou finalmente não ser herança institucional européia, que de fato teve seu papel, mas o próprio regime de fazendas. O confronto de senhor e escravo, branco e preto, numa fazenda dirigida por um fazendeiro residente para quem a fazenda era um lar e todos os habitantes para de sua extensa família, gerou esse ethos, ainda que ele tivesse condições muito mais propícias de desenvolvimento onde seguiu em harmonia com [...] valores herdados e com instituições recebidas.

Sílvia Lara, em obra já citada, sugere que as análises dessas teses podem indicar um redimensionamento do debate e um questionamento dos próprios termos em que ele vem se desenvolvendo da atualidade.

A partir dos anos oitenta, assiste-se a uma vertiginosa mudança nas análises feitas sobre a escravidão no Brasil. Essa mudança é tributária das teses aqui expostas e, principalmente, impregnada daquelas tendências historiográficas vislumbradas no início deste estudo. São teses que tentam recuperar a figura do escravo em seu universo mental e ideológico, em sua vida cotidiana no interior do sistema escravista, como sujeito do seu próprio devir.

José Carlos Barreiro, ao analisar as lutas sociais no Brasil do século XIX, encontrou o escravo vivenciando relações extremamente complexas e dinâmicas. João José

Reis em a *Revolta dos Malês*, já havia conseguido investigar um projeto político escravo de lutas. Sílvia Lara mostrou que nos *Campos de Goitacases*, os escravos eram seres que agenciavam suas vidas, acomodando ou resistindo. A relação senhor/escravo era fruto desta dinâmica e não uma construção senhorial. Chalhoub, analisando as últimas décadas de escravidão na Corte, através de processos crimes, percebeu as diferentes visões de liberdade que possuía o negro escravizado. Percebeu, ainda, que a abolição não foi decorrente de determinações econômicas ou políticas de última instância.²⁵

Faz-se necessário destacar pesquisas sobre o universo de mulheres livres e escravas em São Paulo no século XIX, de Maria Odila Leite da Silva, e os projetos Memória da escravidão em famílias negras de São Paulo, coordenados pela historiadora Maria de Lourdes Janotti, que abriram novos questionamentos sobre a problemática da escravidão²⁶.

Ao revisitar algumas considerações contra a essas novas abordagens, numa entrevista concedida à Revista Pós-história da UNESP, em 1993, o professor José Carlos Sebe Bom Meihy, destacava que existe no Brasil uma falta de crítica a essas novas tendências historiográficas sobre a escravidão. O autor fazia referência particular a Jacob Gorender, como um dos únicos que, em A escravidão reabilitada, procurou

[...] ferir aquela historiografia sobre a escravidão, que ao valorizar o cotidiano, valorizava o imaginário em detrimento da rebeldia. [...] Ao transmutar resistência em uma espécie de folclore, alguns historiadores, abrandam a agressão dos rebelados aliviando a luta de classes.²⁷

²⁴ GENOVESE, Eugene D., op. cit., p. 103.

²⁵ Cf. BARREIRO, José Carlos. *O cotidiano e o discurso dos viajantes: criminalidade, ideologia e luta social no Brasil do século XIX*. São Paulo, 1988. Tese (Doutorado), FFLCH da Universidade de São Paulo. REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante de Malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986. LARA, Sílvia, op. cit. e CHALHOUB, Sidney, op. cit.

²⁶ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984. JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco, [ex. mimeo.], 1988.

²⁷ Entrevista à Revista Pós História: *Revista de pós-graduação em História*. Assis, UNESP, n. 1, 1993.

Apesar de discordarmos teoricamente de Bom Meihy porque, em sua abordagem, repunha e cristalizava o escravo enquanto classe justificando que as novas tendências historiográficas ocultavam a violência das “classes dominantes” na escravidão, ela mostrava o início de um caloroso debate que, a partir dos anos 80, travou-se na historiografia sobre a escravidão no Brasil engendrado a partir das novas tendências. Isso fica mais evidente no capítulo terceiro do livro mencionado, quando Jacob Gorender discute, de maneira bastante fundamentada, com praticamente todos os autores que, na época, tratavam de novas abordagens.

Na obra *A escravidão reabilitada*, o autor mantém praticamente todas as suas afirmações e teses desenvolvidas em “O escravismo colonial” e caracteriza estas novas abordagens de neopatriarcalistas e minimizadora de conflitos.

Apenas para registrar o teor dessas críticas, que deram origem a um sério debate, ao replicar um artigo de Chalhoub,²⁸ que investe contra o que chama de “teoria do escravo-coisa”, em nota de rodapé, afirma o autor:

O que se dá é que meu crítico recusa a coisificação social na escravidão. Por conseguinte, tem em vista um regime econômico-social que não é a escravidão, um escravo que não é mercadoria e um senhor que não é dono de escravos. Semelhante escravidão sem coisificação só existiu na cabeça dos reabilitadores da escravidão.²⁹

É, no entanto, contra Sílvia Lara, por sua obra *Campos de violência*, que Gorender dedica boa parte de suas severas críticas, pela negação à coisificação do escravo e

²⁸ CHALHOUB, Sidney. Os mitos da Abolição. *Trabalhadores*. Campinas, SP, Secretaria Municipal de Cultura, (1), pp. 36-40, 1989.

por sua rejeição ao conceito de violência na caracterização do escravismo. Em se tratando da violência, a autora afirma:

[a violência] não explica coisa alguma, ou melhor, exprime o óbvio, com a desvantagem de sermos induzidos a pensar que, nas sociedades contemporâneas, as estratégias de reprodução das relações desiguais não são violentas.³⁰

Em um balanço historiográfico sobre a questão da escravidão no Brasil, Suely Robles Reis de Queiróz participa do debate argumentando que Sílvia Lara, apresenta conclusões semelhantes as de Gilberto Freyre:

Um é negar a coisificação porque, então, ela excluiria a existência do escravo como pessoa. Mas justamente a contradição entre ser coisa e ser pessoa é que constitui a vivência do escravo: uma contradição que a legislação, o Estado, os senhores não conseguiram anular, ora tratando-o como mercadoria, ora como ser humano possível de produzir atração sexual, de condenação à galés e o mais: suprimida essa contradição [...] a escravidão deixa de ser escravidão .

Outro sofisma está contido na crítica à idéia de violência do escravismo, alegando que ela embute a sugestão de não-violência em outros regimes, como o do capitalismo, por exemplo.

Difícil é aceitar a argumentação da autora, muito semelhante à de Gilberto Freyre, negando-se a identificar o castigo físico como violência e situando ‘fora dos condicionamentos históricos’ quem admita tal identificação.

Difícil ainda é não concordar com Gorender, que suas razões chegam a ser fantasiosas. A própria documentação utilizada no livro oferece inúmeros exemplos desse tipo de violência, sempre reconhecida como tal pelos estudiosos e sobretudo pelos que a sofrem na carne. Estes, certamente, se indignariam com explicações frias e racionalizadas para a sua dor.³¹

²⁹ GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990, p. 37.

³⁰ LARA, Sílvia, op. cit., p. 354.

³¹ QUEIRÓZ, Suely Robles R. de. Escravidão em debate. In: FREITAS, Marcos C. de (org.), op. cit., pp. 103-117, cit. p. 110.

Não concordamos com a análise da historiadora cúmplice de Jacob Gorender, primeiro, porque o escravo não se via como “coisa”; quem o assim via era o senhor. Depois, numa análise mais profunda do livro mencionado, percebemos que Sílvia Lara, propõe-se a entender a violência naquela sociedade estudada e, por fim, reconhecer que naquele espaço foi possível encontrar maneiras negociadas de suportar o sistema, o que não deve ser confundido com ceder a ele.

A recusa dessa tendência historiográfica, representada aqui por Jacob Gorender e comentada por Suely Robles, em reconhecer a possibilidade de participação do negro - apesar de lembrar sua resistência -, na escravidão brasileira, parece alimentar o discurso da democracia racial (contestado por eles) pois, ao ampliar ao extremo o conflito entre senhor e escravo como condição da escravidão, coisifica o negro e o prende nas amarras de ações mecânicas e previsíveis.

Pelo que percebemos, para a historiadora Suely Robles, a polêmica corrente na historiografia surgida a partir dos anos 80, aproxima-se da linha interpretativa de Gilberto Freyre, configurando o que Jacob Gorender chama de “neopatriarcalismo”.

Essa corrente repensa o conceito de violência do sistema escravista e admite a existência de um espaço para o escravo negociar um cotidiano “mais brando”, no qual lançaria mão de “estratégias” de sobrevivência, ora curvando-se ao senhor, ora a ele resistindo. Segundo a autora, o escravo

[...] punha em prática o binômio que Stuart Schwartz chama de resistência-acomodação, no qual, ‘o ato de resistência já conteria embutida a finalidade da acomodação a um regime social bastante flexível para assimilar reivindicações de sua força de trabalho e de lhe proporcionar melhorias

tangíveis'. A escravidão teria, pois, um caráter consensual que nega a coisificação e seria aceita pela grande maioria dos cativos.³²

Percebe-se do que foi apresentado que a questão dos estudos sobre escravidão continua polêmica, fato que amplia e enriquece as pesquisas sobre tema.

Trouxemos esta discussão conhecida porque debatida nas décadas de 1980 e 1990 nas polêmicas mencionadas, com a pretensão de mostrar como a historiografia foi construindo, amalgamada à condição histórica e à memória, a participação do negro na história do Brasil.

Em outras palavras, mesmo as correntes criticadas, na caracterização do sistema escravista como violento, cruel ou como brando e benevolente, ou, ainda mesmo aquelas convencidas da inferioridade do negro e da sua contribuição negativa para a formação do povo brasileiro, criaram metodologias que, talvez, nos permitam entender o processo de participação do negro na história do Brasil.

Optamos, porém, desde o início, por aquelas correntes historiográficas que colocam o escravo como agente de lutas e enfrentamentos cotidianos, como homens e mulheres vivendo os seus limites, marcados por conflitos e negociações, mesmo no âmbito restrito da escravidão e de outros contextos da nossa história.

No capítulo próximo ampliaremos o debate sobre a presença do negro na formação social brasileira e fundamentaremos conceitos como o de autoritarismo socialmente implantado, o que permitirá analisar os movimentos negros contemporâneos.

³² QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Escravidão em debate. In: FREITAS, Marcos de, op.cit., p.110.

CAPÍTULO 2 - O DEBATE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO NEGRO NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Uma situação social muda tanto o modo de trabalho quanto o tipo de discurso (F. Furet).

2.1. Liberalismo, Jacobinismo, Positivismo e Democracia Racial

As concepções dos historiadores sobre a escravidão, analisadas no capítulo anterior, já continham em si uma simbologia em torno da idéia de liberdade que se amalgamava na forma de teorias. Sendo assim, a concepção paternalista que ameniza a escravidão, deve ser analisada junto com três correntes que disputavam ao longo da história, como a liberal-americana, a jacobina e positivista³³.

A primeira trazia a utopia de uma sociedade composta por indivíduos autônomos, aptos a pensarem por si mesmos sem a tutela da Igreja ou do Estado e a de agirem na vida pública adquirindo, pelo seu trabalho, os bens necessários à sobrevivência material.

³³ CARVALHO, José Murilo de. *Formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 9-31.

O Jacobinismo, por sua vez, idealizava a criação da democracia da Antigüidade clássica (a democracia direta dos gregos), pela qual o povo soberano auto-governa-se.

Cumprido salientar que essas duas correntes aparentemente antagônicas tinham a mesma gênese, ou seja, o projeto moderno de civilização, elaborado pela ilustração européia do século XVIII.

Segundo Rouanet,³⁴ esse projeto civilizatório de modernidade era baseado na tríade universalidade, individualidade e autonomia.

O projeto civilizatório da modernidade tem como ingredientes principais os conceitos de universalidade, individualidade e autonomia. A universalidade significa que ele visa todos os seres humanos, independentes de barreiras nacionais, étnicas ou culturais. A individualidade significa que esses seres humanos são considerados como pessoas concretas e não como integrantes de uma coletividade e que se atribui valor ético positivo a crescente individualização. A autonomia significa que esses seres humanos individualmente são aptos a pensarem por si mesmo, sem a tutela de religião e da ideologia, a agirem no espaço público e a adquirirem pelo seu trabalho os bens e serviços necessários à sobrevivência material.

Esse projeto enfatizava, sobretudo, a autonomia política, ou seja, a liberdade da ação humana na vida pública.

O que diferenciava as duas correntes quanto à autonomia política era a forma de participação. A proposta liberal propunha um sistema de garantias contra o arbítrio do Estado, enquanto que a jacobina via a necessidade de os homens participarem do governo, ou que eles fossem o próprio governo.

³⁴ ROUANET, Sérgio Paulo. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras 1999, p. 9.

Soma-se a essas duas correntes, uma terceira - a positivista -, gestada na mesma vertente da Ilustração, e que buscava a constituição de uma sociedade perfeita, na qual todos os seres humanos pudessem se auto-realizar.

No entanto, segundo Rouanet, o positivismo fugiu tanto do individualismo liberal quanto da vontade geral dos jacobinos, pois,

Para Comte, individualismo e vontade geral eram ambos noções metafísicas. O que o comtismo introduziu eram formas de vivência comunitária, a família, a pátria e, como culminação do processo evolutivo, a humanidade (que Comte escrevia com h maiúsculo).³⁵

É importante observar que, na perspectiva do positivismo comtiniano, o indivíduo desaparece nas estruturas comunitárias.³⁶

A partir dessas considerações podemos perguntar: quais as implicações dessas correntes na constituição da sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XIX e da abolição da escravatura no final desse século?

No processo de consolidação do Estado brasileiro, durante o Primeiro e o Segundo Reinado, a questão social, ao menos em termos teóricos, foi relegada a um segundo plano. Era necessário, antes de construir a Nação, implementar o Estado. Urgente era, pois, legitimar as instituições políticas do Estado.

³⁵ ROUANET, Sérgio Paulo, op. cit., p. 20.

³⁶ Cf. COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia*. Trad. José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 3.

Parece-nos, todavia, que constantemente o problema da escravidão vinha à tona, como observou José Murilo de Carvalho:

Embora no início da vida independente brasileira um dos principais políticos da época, José Bonifácio, já tivesse alertado para o problema da formação da nação, mencionando particularmente as questões da escravidão e da diversidade racial, tudo isso ficou em segundo plano, pois a tarefa urgente a ser cumprida era da sobrevivência pura e simples do país.³⁷

Na segunda metade do século XIX, próximo à abolição da escravatura e mesmo depois da proclamação da República, o tema da escravidão era objeto da “*intelligentsia*” brasileira, mas também dizia respeito à formação da nação brasileira.

O Iluminismo, uma filosofia do século XVIII, com sua característica universalista, consagrou a idéia de que todos os homens eram iguais, independentes de fronteiras ou culturas.

Porém, a vertente liberal, enfática em sua proposição individualista, preocupou-se em excluir de cena a participação popular, pregando a necessidade de o Estado garantir os direitos individuais daqueles que eram proprietários. A idéia de trabalho, como fator de competência, ainda se achava muito distante em uma sociedade que trazia a marca e a herança escravocrata.

Verifica-se que a variação prática da idéia inicial foi alterada substancialmente. Todos são iguais, porém, somente alguns têm o direito de participação legitimado pela propriedade,³⁸ o que significou a exclusão dos que não eram proprietários de

³⁷ CARVALHO, José Murilo de, op. cit., p. 23.

³⁸ BOSI, Alfredo Bosi. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 194-245.

coisa alguma – a imensa maioria da população. A própria Constituição Republicana de 1891, reforça estas observações quando retira a cidadania dos analfabetos e mendigos.³⁹

Sendo assim, a luta dos liberais republicanos se ateve à necessidade de impedir que o Estado interviesse nas garantias individuais.

A vertente jacobina da República, que exigia a participação popular nas decisões de governo, não conseguia definir o objeto de sua preocupação. Quem era este povo? Como torná-lo soberano? Não conseguia encontrar mecanismos de alteração do *status quo*. A participação popular ficou adstrita às camadas médias, sobretudo funcionários públicos e militares de média e baixa patentes. Eram contra os bacharéis, muito distantes dos trabalhadores. Para os jacobinos brasileiros, os trabalhadores tornaram-se uma abstração nas lutas contra a Monarquia. Segundo Suely Robles Reis de Queiróz,⁴⁰ os jacobinos pretendiam uma sociedade laica anticlerical, sem o bacharelismo pedante e pontificador, onde os grupos urbanos tivessem maiores oportunidades.

Ainda segundo a autora, o jacobinismo queria um Estado republicano nacionalista, conduzido por um governo forte. A idéia de governo forte os aproximava muito mais do positivismo do que dos liberais. O jacobinismo à brasileira foi efetivado pelos

³⁸ Cf. José de Souza Martins. *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, a noção de propriedade até Lei de Terras (1850), Abolição (1888), Constituição (1891), está intrinsecamente ligada à escravidão. Porém, já na primeira metade do século XX, liga-se à terra.

³⁹ Esse dispositivo levou José Murilo de Carvalho, In: *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 44-45, a afirmar que, contraditoriamente aos discursos, na República a ordem liberal “ganhou uma dimensão profundamente antidemocrática a esforços de democratização.”

⁴⁰ QUEIROZ, Suely R. R. de *Os radicais da república: Jacobinismo: ideologia e ação, 1893-1897*. São Paulo: Brasiliense, 1986, pp. 125-154.

Florianistas - adeptos de Floriano Peixoto - que constantemente lutaram pelo unitarismo contra o federalismo dos coronéis.

A vertente positivista defendia os interesses daqueles que não comungavam com o liberalismo republicano e muito menos com o jacobinismo. A idéia de *ordem e progresso* era a proposta essencial: um Estado forte intervencionista, bem ao gosto da tradição positivista e dos despotismos esclarecidos do século XVIII.

Entre as políticas sociais que o Estado republicano deveria propor e solucionar inseria-se o problema racial. Ora, o povo está em cena, não escondido como queriam os liberais ou em abstrato como pensavam os jacobinos.

Era, porém, um povo mestiço com costumes rústicos, que deveriam desaparecer. Daí, a ênfase à imigração européia em grande escala que poderia disseminar e branquear a população brasileira.

Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, formularam idéias racistas baseadas no positivismo evolucionista e que fomentaram, através de seus discursos e “experimentos” -, a tese da impossibilidade de progresso sem o aperfeiçoamento da raça no Brasil. Daí, a busca do branqueamento eugênico, por meio da imigração européia, para se conseguir uma sociedade civilizada. Só assim, tornar-se-ia possível o estabelecimento de uma democracia no País.

Nessa perspectiva, fica evidente a impossibilidade de participação política da população mestiça, que era a grande maioria da população brasileira

Estas idéias racistas foram implementadas nas décadas de 1930 e 1940 do século XX, em plena ditadura varguista, com o objetivo de criar o chamado corpo de nação.⁴¹

No Brasil, as concepções liberais, jacobinas e positivistas da República esbarraram em dois grandes problemas que, em alguns pontos, confrontando suas teses principais, produziram seu inverso. O primeiro problema diz respeito ao Estado. No Brasil, o Estado sempre foi interpretado como demiurgo da nação.⁴² Os liberais, distantes do Estado, prenderam-se no bonde estatal na busca da solução para seus interesses políticos e econômicos. Os jacobinos, sempre acharam que só o Estado podia conduzir a soberania dos cidadãos e os positivistas, que pensavam no Estado como instrumentalizador de políticas civilizatórias, envolveu-se com o Estado brasileiro. Ou seja, de uma maneira ou de outra o Estado brasileiro sempre foi a energia que impulsionou estas vertentes.

O segundo problema foi a impossibilidade de conseguir autonomia política sem a autonomia econômica. Todas as correntes políticas reconheciam a pobreza da população, mas não apresentavam ou não tinham planos para resolvê-la.

Como se pode observar, predominou o esquecimento dos liberais, a abstração dos jacobinos e o desaparecimento dos positivistas, em relação à problemática social, o que significava a exclusão de grande parcela da população brasileira.

⁴¹ Cf. LENHARO, que analisa o retorno das idéias de “eugenia social” pela Ditadura Varguista com o intuito de criar, de forma sucinta, o homem branco, trabalhador e dócil ao sistema. LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas, SP: Papyrus, 1986, pp. 107-138.

⁴² CHAUI, Marilena. Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira, p. 27, In: CHAUI, Marilena & FRANCO, Maria Silva de Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Rui Barbosa, queimando os arquivos da escravidão destruía a imagem que as camadas dominantes da sociedade brasileira tinham com a memória dos negros daquela época.⁴³

Estas correntes culminaram com a ideologia do mito da democracia racial no país.

Assim, trabalhando sutilmente com os conceitos de eugênia, seleção ética, branquidão e morenidade, Gilberto Freire⁴⁴ escreveu, *Casa-Grande & Senzala*, instituindo, então, a teoria da mestiçagem. O fragmento, a seguir, ilustra muito bem essa teoria:

O intercuro sexual de brancos dos melhores estoques, inclusive eclesiásticos, sem dúvida nenhuma, dos elementos seletos e eugênicos na formação brasileira - com escravas negras e mulatas, foi formidável. Resultou daí grossa multidão de filhos ilegítimos (..) criados muitas vezes como prole legítima, dentro do liberal patriarcalismo das casas grandes [...].

Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se construiu mais harmonioso quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural e que resultou no máximo aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado.

O sociólogo inverte as teorias de embranquecimento, apostando na mistura racial, isto é, na miscigenação como fator positivo do país.⁴⁵ Nesta concepção, o ser mulato é tido como condição de superioridade em relação ao negro, sendo que aquele, inclusive, poderia ser criado junto com os filhos dos brancos.

⁴³ Sobre o assunto ver SLENES, Robert. Escravos, cartórios e desburocratização: o que Ruy Barbosa não queimou. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, mar./ago. 1985, v. 5, n. 10, pp. 166-196.

⁴⁴ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*, op. cit., pp. 01 e 442-43.

⁴⁵ Nota-se que Gilberto Freyre destrói a visão positivista, sobretudo de Oliveira Vianna - marcada pela inferioridade da raça negra - e dá solução a este problema pela via do branqueamento.

O patriarcalismo como modelo *liberal*, permite e aprova a mistura simulando um caráter harmonioso, que respeita a cultura do outro, porém, a cultura branca continua sendo conquistadora e hegemônica.

Neste discurso estão embutidas as concepções liberais que ocultam a opressão, as idéias de harmonia jacobina e a eugenia positivista. Ou seja, Gilberto Freire, preocupado em desvendar a identidade cultural da população brasileira, trata a escravidão de forma amena, no intuito de refletir que o Brasil era uma verdadeira democracia racial, onde os preconceitos estariam dissipados e as diferenças raciais seriam tratadas de forma harmônica.

As idéias liberais, jacobinas e positivistas, sacramentadas pelo mito da democracia racial, estão presentes nas discussões e nas práticas da atualidade, como bem assinala Paulo Sérgio Pinheiro.⁴⁶

2.2. - Revolução Abolicionista

Vimos no primeiro capítulo, nos anos 1950, 1960 e 1970, o aparecimento, no Brasil, de toda uma produção historiográfica orientada pelo paradigma do marxismo, onde

⁴⁶ Cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. *Revista USP*. São Paulo, n. 9, mar./mai., 1991, pp. 45-56, “*O mito da democracia racial continua soberano, servindo como excelente dissimulação para a vasta gama de micro despotismos contra o negro*”.

a idéia de “Revolução”, ao lado da luta de classes seriam o motor da história. Geralmente essas teses aparecem nos trabalhos que analisam o negro na luta pela abolição da escravatura.

O caráter reducionista destas interpretações à época, fez com que se explicasse a abolição como um processo que pôs fim a um entrave - trabalho escravo, para a expansão do capitalismo.

Segundo essas interpretações, a acumulação originária de capital, possível pelo trabalho escravo, constituiu empreendimentos que exigiram seu fim.⁴⁷ Gorender, por exemplo, aponta o processo da abolição como sendo derivado da revolução burguesa no Brasil:

A revolução abolicionista fez as vezes da revolução burguesa no Brasil. De maneira mais taxativa, cabe afirmar que a revolução abolicionista foi a revolução burguesa no Brasil.⁴⁸

Se foi ou não uma revolução no sentido marxista do termo, foge à pretensão analítica deste trabalho, contudo, é importante destacar como Caio Prado Júnior conceitua revolução. Importa, também, apresentar sua crítica, já em 1966, da descaracterização da teoria marxista empreendida pela ortodoxia do comunismo internacionalista:

[...] momentos históricos de brusca transição de uma situação econômica, social e política para outra, e as transformação que então verificam, constituem o que propriamente se há de entender por revolução.

[...] no Brasil, a teoria marxista da revolução se elaborou sob o signo das abstrações, isso é de conceitos formulados 'a priori' e sem a consolidação adequada dos fatos; procurando-se posteriormente, e somente assim - o que é o mais grave - encaixar nesses conceitos a realidade concreta.⁴⁹

⁴⁷ É possível citar alguns autores que analisam a abolição desse modo, com mais ou menos intensidade, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Emília Viotti da Costa, Celso Furtado, Jacob Gorender, entre outros.

⁴⁸ GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*, op. cit., p. 188.

⁴⁹ PRADO JR, Caio. *A Revolução brasileira*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 12 e 29.

É evidente que a abolição foi um processo histórico marcado por mudanças em todos os níveis, porém, isto não é suficiente para caracterizá-la como revolução. Marco Aurélio Garcia, partindo das próprias idéias de Marx, contidas no 18 Brumário de Luis Bonaparte, acrescenta que

A importância de uma revolução está dada não só pelas transformações econômicas, sociais e políticas que ela é capaz de produzir, mas também, e talvez, principalmente, pela força de seu exemplo, por sua capacidade de ocupar o imaginário de operações futuras e de se transformar, para elas, em paradigma intelectual e de ação.⁵⁰

Nesse sentido, a Revolução de 1917, tornou-se referência para o pensamento revolucionário brasileiro, mas quanto a tratar a abolição como revolução, seria não entender as significações essenciais do próprio paradigma utilizado.

O que nos interessa, no entanto, é perceber como esse paradigma trata a participação do negro neste processo. São duas as vertentes que analisam a abolição sobre este prisma: a que trata os negros como meros espectadores e ou a que os vê como coadjuvantes.

A primeira vertente defende a tese de que foram os fazendeiros do oeste paulista, preocupados com a introdução do trabalho livre por meio da imigração, que dirigiram a abolição ou que foram as camadas médias urbanas que desencadearam esse processo.⁵¹

⁵⁰ GARCIA, Marco Aurélio. Reforma e revolução/Reforma ou revolução. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 10, n. 20, mar./ago. 1991, p. 09-38, cit. p. 10-11.

⁵¹ Essa vertente está presente nas análises de Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Jacob Gorender. Ver, para uma análise sobre a mentalidade dos fazendeiros de café após a Lei do Ventre Livre EISENBERG, Peter. A mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980, pp. 167-194.

A segunda vertente aponta para a eficácia do movimento urbano conjugado com as lutas dos negros.⁵²

Ambas, no entanto, minimizaram a participação do negro, e terminaram por reforçar o papel dominante das classes proprietárias - possuidoras de direitos políticos, visão também consagrada em nível historiográfico. Os negros aparecem como figurantes e desprovidos de qualquer direito político. Assim, a abolição é vista como negócio de brancos, na expressão de Otávio Ianni:

Em sua linha de significação histórico estrutural, a abolição foi sempre negócios de brancos, o resultado de antagonismo entre os interesses da casta dos senhores brancos e os interesses da burguesia branca emergente.⁵³

Fernando Henrique também interpreta a escravidão como processo de coisificação:

Do ponto de vista jurídico é óbvio que, no sul como no resto do país, o escravo era coisa, sujeita ao poder e à propriedade de outrem, e, como tal, 'havido por morto, privado de todos os direitos' e sem representação alguma.

[...] Os homens livres, ao contrário, sendo pessoas, podiam exprimir socialmente a condição de ser humano organizado e orientado a ação através dos valores e normas criados por eles próprios. Nesse sentido, a consciência do escravo apenas registrava e espelhava, passivamente, os significados sociais que lhes eram impostos.⁵⁴

Depreende-se dessas duas explicações que, por serem *coisa*, os escravos estavam impossibilitados de quaisquer ações efetivas do negro, enquanto sujeitos históricos.

⁵² CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Tradução de Fernando de Castro Ferro. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*, op. cit. COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966. QUEIRÓZ, Suely Robles R. de. *A escravidão negra em São Paulo*, op. cit.

⁵³ IANNI, Octavio. *Escravidão e racismo*. São Paulo: HUCITEC, 1978, p. 40.

⁵⁴ CARDOSO, Fernando Henrique, op. cit., p. 125.

Esqueceram os autores da contradição *coisa/pessoa* e que, embora legalmente vistos como *res*, os escravos eram seres dotados de humanidade, portanto, de vontade subjetiva.

A libertação do escravo, isolado na coisificação jurídica, é produto de interesses dos brancos. Estas concepções ao proporem a nulidade de qualquer luta escrava, chega ao exagero de comparar os negros a uma espécie de espelho que registava as imagens da “conduta social que lhes eram impostas.”

A tese marxista que afirma ser a luta de classe, o motor da história, conduziu à cristalização teórica da realidade social e, conseqüentemente, gestou a visão das classes populares como incapazes de qualquer ação social-cultural-política, produzindo a ideologia de que os sujeitos da história brasileira foram sempre as classes dominantes ou o Estado. Em outras palavras, o “povo” silencioso sempre assistiu “bestializado” à vitória de seus opressores. Contudo, é difícil aceitar, atualmente, a tese de que as classes populares sempre estiveram na órbita do Estado usufruindo de benesses outorgadas, como ocorria nos governos populistas no Brasil.

Em termos culturais, Carlo Ginzburg afirma que é preciso analisar as diversas ambigüidades do conceito de “cultura popular”. Tal conceito remete ao problema da cultura de classes assinalado por Bakhtin,

[...] bem mais frutífera a hipótese formulada por Bakhtin de uma influência recíproca entre a cultura das classes subalternas e a cultura dominante.⁵⁵

⁵⁵ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 24.

Outro conceito importante de Ginzburg, na perspectiva cultural, é o conceito de circularidade cultural relacionado às práticas sociais e políticas cotidianas que nem sempre são marcadas por imposições de classes, como ocorre no marxismo.

O próprio conceito de “revolução abolicionista”, na historiografia, encontra em sua gênese o paradigma da revolução em sentido marxista, como a ação da luta de classes para modificar a estrutura econômica e social. Nesta perspectiva, o desmantelamento natural da economia capitalista seria possível pela revolução, por meio de um movimento com caráter revolucionário. Por isso, as teses expostas e as versões menos radicais como a de Florestan Fernandes, que admite a participação do negro - porém sem uma consciência crítica. Florestan corrobora esta visão sacramentada pela teoria da revolução, no marxismo.⁵⁶

Para o marxismo, a história fica adstrita a uma razão já existente, onde a luta de classes é um “topo” em que seus sujeitos são manipulados e praticam seus atos de acordo com esta lógica maior.⁵⁷ Esta colocação se insere na perspectiva de Castoriadis que, ao fazer um balanço da teoria marxista em sua obra *A Instituição Imaginária da Sociedade*, aponta para novas alternativas teóricas:

[...] se eliminarmos a idéia de que as classes e sua ação são simples veículos; se admitirmos que a “tomada de consciência” e a atividade das classes e grupos sociais (como indivíduo), fazem aparecer novos elementos não predeterminados e não predetermináveis (o que significa que uma e outra

⁵⁶ Cf. Florestan Fernandes em *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. d. São Paulo: Ática, 1978, v. 1, p. 47: “O fato do escravo e do **liberto** terem intervindo como o principal fermento explosivo na desagregação do sistema de castas não é, em si mesmo, um índice de participação revolucionária consciente e organizada em bases coletivas autônomas” [grifo do autor].

⁵⁷ Aqui percebe-se todo o peso do idealismo alemão em nossa historiografia. Em seu texto “Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita” Immanuel Kant observa: “Os homens, enquanto indivíduos, e mesmo povos interiores mal se dão conta de que, enquanto perseguem propósitos particulares, cada qual buscando seu próprio proveito e freqüentemente uns contra os outros, seguem inadvertidamente, como a um fio condutor, o propósito da natureza, que lhes é desconhecido, e trabalham para sua realização, e, mesmo que conhecessem tal propósito, pouco lhes importa”. In: TERRA, Ricardo R. (org.). *Immanuel Kant: Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 10.

sejam independente das situações onde se desenvolvem), então seremos obrigados a sair do clássico esquema marxista e a encarar a história de uma maneira essencialmente diferente.⁵⁸

2.3 O Autoritarismo Socialmente Implantado

Após os anos 60 e 70, o paradigma da revolução teórica marxista, parece ter perdido sua atração. Em um artigo intitulado *A revolução acabou*, Edgar de Decca comenta:

Na crítica à memória histórica da revolução descobriu-se a questão da democracia e ao mesmo tempo, a historiografia que floresceu a partir desses novos referenciais, reivindicou no terreno da história os direitos políticos da cidadania para os rebeldes primitivos, que se viram privados de todo e qualquer direito de participação política.[...] por enquanto, podemos dizer apenas que a revolução dos anos sessenta, enquanto um elemento norteador de nosso imaginário, acabou.⁵⁹

Marco Aurélio Garcia, afirma que a polêmica entre “revolta *versus* revolução” é “peça de museu”, o que não quer dizer que seja irrevelante, mas que ela só tem sentido na atualidade, na medida em que auxilia na construção da democracia e na superação das desigualdades sociais.⁶⁰

O tripé: democracia, cidadania e direitos políticos, parece, portanto, ser o sustentáculo do debate historiográfico contemporâneo sobre.

No sentido moderno, democracia pode ser entendida como meio para se

⁵⁸ CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Trad. Guy Reynaud; revisão técnica de Luís Roberto Salinas Fortes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.46.

⁵⁹ DECCA, Edgar S. de. *A revolução acabou*. *Revista Brasileira de História*, op. cit., p. 74.

⁶⁰ GARCIA, Marco Aurélio, op. cit., p. 38.

reconhecer as diferenças e os conflitos de classes, cujo o gesto inaugural consiste no reconhecimento da legitimidade do conflito de classes, da fragmentação das experiências do mundo, da heterogeneidade das culturas e dos costumes, além da coexistência de normas e valores irredutíveis.⁶¹

A democracia também pressupõe um processo de construção cotidiana, onde se prevê a defesa dos direitos adquiridos e a reivindicação de direitos novos.

Este conceito de democracia, implica em um distanciamento do Estado e da sociedade civil, mas não como querem os liberais ou “neoliberais”, que pregam o alheamento segundo as regras econômicas, mas daqueles que vivenciaram o totalitarismo nazi-facista ou stalinista, e apostam na liberdade e criatividade de uma experiência que acolhe os efeitos da divisão.⁶²

No Brasil, estas mudanças de enfoque estão ligadas a um período de transição política, que ainda não se completou.

A tradição autoritária do Estado brasileiro, sedimentada no Estado Novo e nos Governos militares pós-64, ainda permanece, como bem assevera a filósofa Marilena Chauí:

O Brasil é uma sociedade autoritária, na medida em que não conseguiu, até o limiar do século XXI, concretizar os princípios (velhos de três séculos) do liberalismo e republicanism.⁶³

⁶¹ LEFORT, Claude. *As formas da história*. Tradução de Luís Roberto Salinas Fortes e Marilena Chauí. São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 35.

⁶² LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. Tradução de Isabel M. Loureiro. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 25.

⁶³ CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 47.

Nota-se que mesmo depois de eleições e constituições democráticas, muitos Estados da federação ainda apresentam matizes de violência interna e externa, marcadas pela impunidade e conivência do grupo que controla o governo porque,

As instituições da violência (Franco Basaglia), como a tortura, o racismo, as instituições totais (...), não são transformadas pelas transições, mesmo depois das constituições democráticas.⁶⁴

Paulo Sérgio Pinheiro, no mesmo texto, cunha a expressão “autoritarismo socialmente implantado” para explicitar o grau de violência da atual sociedade brasileira e que os governos eleitos e instalados, não conseguem conter. Isso ocorre porque depois de instalados esses governos tentam, por um lado, impor sua legitimação pela força e, de outro, porque, de certo modo, têm apoio e legitimação no interior da sociedade. Há séculos essa cultura política de exploração e opressão, que supõem a negação dos direitos da maioria da população, para que a estrutura dominante das elites possa sobreviver, está implantada no Brasil. E, apesar da transformação do regime político ou da complexidade da sociedade brasileira, elas permanecem e tão ou mais autoritárias.

Apoiado em Gerard Lebrun, Pinheiro mostra que a transição política brasileira é um episódio soft que não afeta esse sistema hard de exploração. [...] A ordem civil se transforma, mas de modo desigual e desarticulado e ambíguo que o patrão conserva muito do senhor em sua condição de cidadão, e o trabalhador [...] é um cidadão de categoria tão ínfima que possui algo escravo em potencial e muito pouco de cidadãos.⁶⁵

⁶⁴ PINHEIRO, Paulo Sérgio, op. cit., p. 45.

⁶⁵ *Idem. Ibidem*, p. 52

Segundo a linha traçada por Paulo Sérgio Pinheiro, a afirmação dos direitos humanos da maioria da população, que abrange, particularmente, as classes populares, esbarraria e poria em risco as relações de dominação tão cristalinas e prevalecentes na sociedade brasileira.

Analisando o tema, Octavio Ianni e Francisco de Oliveira inferiram, que no Brasil, os planos de crescimento econômico sempre estiveram desvinculados do avanço social; em outras palavras, qualquer saída econômica e política, que não passar pela questão social, contribui para a formação de modelo excludente.

Não é por outra razão que Octavio Ianni diagnostica a situação social no Brasil contemporâneo como grave e decorrente de uma herança de décadas, apesar do crescimento econômico:

A questão social continua a ser um desafio para a Nova República [...]. Os diagnósticos realizados indicam a gravidade da situação social brasileira herdada de muitos anos e décadas [...]. Enquanto a economia cresce e o poder estatal se fortalece, a massa dos trabalhadores padece.⁶⁶

Francisco de Oliveira, por sua vez, complementa a avaliação crítica de Ianni e mostra, também, que a democracia não tem o poder de reduzir as grandes desigualdades sociais no Brasil:

Qualquer avanço democrático é instável [...] porque o fosso das desigualdades econômicas e sociais criado pela industrialização e amplificado pelo casamento com o regime autoritário mais crescimento econômico é imenso e impede a criação de uma cultura política onde os mesmos termos designem concretamente os mesmos valores.⁶⁷

⁶⁶ IANNI, Octavio. A questão social. *Estudos Avançados*. São Paulo, n. 3, set./nov., 1989, pp. 145-155.

⁶⁷ OLIVEIRA, Francisco de. Além da transição, aquém da imaginação. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 12, jun., 1985, p. 2-15.

Há, portanto, no interior da sociedade brasileira uma movimentação, com a emergência de movimentos sociais que revelam as desigualdades e antagonismos e clamam por cidadania.

Esta é a diferença crucial entre as lutas passadas, contra uma violência escancarada, e as contemporâneas, contra formas sutis de dominação. Não que “sutil”, seja invisível no Brasil, pois é possível afirmar que não se luta só contra um macro poder, mas contra uma cadeia de micro despotismos que vai desde a violência familiar à discriminação racial.

Até agora a historiografia não enfoca a problemática social depois da abolição. Muitos autores discutiram a inserção dos negros na sociedade brasileira dos brancos. Contudo, conforme João José Reis, em um artigo para a edição comemorativa de uma revista de grande circulação nacional,⁶⁸ que negra é a cor da negação do Brasil.

O autor assevera que pesquisas recentes no campo da desigualdade racial, mostram o desempenho negativo do negro no mercado de trabalho, na escola, nas condições de moradia e na taxas de mortalidade infantil dos últimos anos, o que revela preliminarmente a presença do racismo.

Várias foram as explicações para a situação dos negros logo após a abolição e, entre elas, três merecem destaque, por serem as mais divulgadas no país.

A primeira proposta pela *escola paulista*, viu na herança do trabalho escravo a impossibilidade de apreensão de técnicas capitalistas, introduzidas no Brasil pelo trabalhador negro liberto.⁶⁹ É facilmente criticável, já que o imigrante desconhecia as práticas da cafeicultura e da lavoura brasileira e o imigrante urbano geralmente era o excluído europeu, já que o trabalho fabril no início da industrialização era predominantemente constituído de mulheres e de crianças. Portanto, negros e imigrantes apresentavam a mesma posição ou aptidão técnica.

A segunda explicação é dada por um certo racismo criado pelo capitalismo que discriminou e marginalizou o trabalho negro liberto. É uma vertente mais recente que parece explicar, em parte, a situação do negro após a abolição, porém, o racismo esteve presente no seio da sociedade brasileira desde a introdução do trabalho africano no Brasil pelos portugueses.⁷⁰

A terceira proposta, de Gorender, critica ambas, mas, parece juntar as duas, unindo a “herança” litigiosa da escravidão ao racismo presente na sociedade “capitalista.”

Para Gorender, os fazendeiros continuavam a tratar os negros livres com prepotência e preconceito e diante das reações dos negros os despedia. Sendo assim, o negro ia para outra fazenda ou procurava emprego na cidade. Após a Primeira Guerra, com o

⁶⁸ REIS, João José. Aprender a raça. *Revista Veja*: 25 anos - reflexão para o futuro, 1993.

⁶⁹ FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*, op. cit., v. 1, pp. 16-39. IANNI, Octavio. *Raças e classes no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, pp. 18-20.

⁷⁰ Entre outros autores, AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites. Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 20-28.

aumento do número de imigrantes preferiu-se estes trabalhadores, efetuando a exclusão do negro.⁷¹

Parece-nos que mesmo em relação à idéia de “inserção” do negro na sociedade branca, sua vivência cotidiana é apagada.

Descer ao mundo dos ex-escravos, ou seja, fazer o caminho ao contrário, poderia proporcionar à História, a compreensão das coisas desconhecidas ou pouco reveladas, pois o cotidiano é a arena onde se travam as lutas e possibilidades de transformações.

Não significa, porém, partir somente da visão dos “excluídos”, inverter o lugar do olhar, mas perceber o negro no enfrentamento com seu mundo e com o dos outros. Isto em relação à escravidão, ao processo de exclusão após a abolição e às experiências contemporâneas.

⁷¹ GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*, op. cit., pp. 199-201.

CAPÍTULO III - PERSPECTIVAS ACERCA DOS MOVIMENTOS NEGROS NO BRASIL

As vítimas da exclusão social tornaram-se depositários de um único discurso que representou uma alternativa radical às mentiras da sociedade constituída - um discurso que passa pelo delito e pelo canibalismo (Carlo Ginzburg).

3.1. Transição e Movimentos Sociais

Para designar um processo histórico de distensão política do regime militar (1964-1985), a “intelligentsia” brasileira, cunhou a expressão “transição democrática”.

A derrota do partido do regime nas eleições para governadores de Estados (1974), as greves operárias no ABCD Paulista (1978), a anistia política (1979), a campanha pelas eleições diretas - Diretas-já - (1982), são alguns dos marcos fundadores das análises sobre a “transição democrática”. Contudo, foi a crise econômica dos finais dos anos 70, não resolvida pelos governos militares, que colocou em questão a sobrevivência política nos moldes preconizados pela “revolução” de 1964.

Sendo assim, os problemas da economia produziram uma novidade: a fórmula analítica da transição do autoritarismo para um processo de democratização.

Uma fórmula que repõe a idéia do “Estado demiurgo”, como o único sujeito possível da História do Brasil. Em outras palavras, seria o próprio Estado, incapacitado de resolver os problemas econômicos, o grande agente responsável pela transição para a democracia.

Deparamo-nos também com outras concepções que elegeram os movimentos sociais como os personagens centrais deste processo, como bem esclarece a afirmativa de Eder Sader:

Os movimentos sociais foram um dos elementos de transição [...]. Eles expressaram tendências profundas na sociedade que assimilavam a perda de sustentação do sistema político instituído e as formas de vida social. Mais do que isso: foram fatores que aceleram essa crise.⁷²

Depreende-se daí, três questões: a primeira diz respeito à dificuldade histórica em interpretar o nexo entre a transição e os movimentos sociais, devido ao seu caráter de recentibilidade.

Percebe-se, além disso, que há na historiografia contemporânea, um esgotamento de determinadas metodologias tradicionais, entre as quais, a idéia do distanciamento e neutralidade científica, que impuseram à história o arquétipo de “ciência do passado”. Sabe-se, atualmente, do amalgamento do historiador com o objeto pesquisado (no caso de um fato presente, o historiador também é seu agente) e a idéia de que o documento “falava por si mesmo”, está sendo contestada em nossos dias, pela sua multiplicidade e seriedade que levam em conta o erro, o silêncio, o esquecimento. Enfim, criou-se a percepção

⁷² SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 313-314.

de que o documento é um monumento, “dotado” de seu sentido próprio, ao qual não se pode compreendê-lo sem precaução.⁷³

A segunda questão, diz respeito à compreensão de como se dá a participação dos movimentos sociais na especificidade deste momento histórico da democratização do Brasil.

Quem são? Como surgiram? O que querem? Por que querem? São interrogações que remetem o historiador do tempo presente à análise da vida cotidiana dos indivíduos e dos agentes dos movimentos sociais. Mas o que é essa vida cotidiana? Para Agnes Heller, o cotidiano,

[...] é a vida de ‘todo’ o homem. [...] é a vida do homem ‘inteiro’; do homem que ele participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade e de sua personalidades.⁷⁴

Agnes Heller conceitua individualidade como liberdade de escolha de sua própria comunidade e também de seu próprio modo de vida no interior das possibilidades.⁷⁵

Heller valoriza teoricamente a abordagem histórica a partir da cotidianidade. Assim, “A vida cotidiana não está ‘fora’ da História, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social.⁷⁶

⁷³ Para um esclarecimento melhor da questão, confira: Jan La Coutre. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 2 ed., São Paulo: Martins Fontes, 1993, pp. 216-236. LE GOFF, Jacques. Memória - História; Documento/monumento. *Enciclopédia Einaudi*, v. 1. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. BURGUIERE, André (org.). *Dicionário das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, pp. 243-244, 408-411 e 735-737.

⁷⁴ HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.17.

A cotidianidade nos remete à questão da micro-história, como uma perspectiva para a interpretação da História, mas que pressupõe incorporar contextos que se enquadram numa visão da macro-história. Não se exclui uma abordagem em detrimento da outra por razões teóricas. Ou seja, não se fixa apenas no reducionismo teórico, mas também não se limita ao enforque relativista.

Giovani Levi, a partir da experiência italiana com a “micro-história” alerta para a eficácia teórica das múltiplas possibilidades de interpretação da história:

[O trabalho da micro-história] tem sempre se centralizado na busca de uma descrição mais realista do comportamento humano, empregando um modelo de ação e conflito do comportamento do homem no mundo que reconhece sua - relativa - liberdade além, mas não fora das limitações dos sistemas normativos e opressivos. Assim, toda a ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais. A questão é, portanto, como definir as margens - por mais estreitas que possam ser - da liberdade garantida a um indivíduo pelas brechas dos sistemas normativos que o governam. Em outras palavras, uma investigação da extensão e da natureza da vontade livre dentro de uma estrutura geral da sociedade humana. Neste tipo de investigação o historiador não está simplesmente preocupado com a interpretação dos significados mas antes em definir as ambigüidades do mundo simbólico a pluralidade das possíveis interpretações desse mundo e a luta que ocorre em torno dos recursos simbólicos e também dos recursos materiais.⁷⁷

Uma outra direção do olhar teórico de Levi contrapõe-se à noção de conflito, de luta de classes, que é uma perspectiva marxista.

⁷⁵ *Idem. Ibidem*, p. 18.

⁷⁶ *Idem. Ibidem*, p. 20.

⁷⁷ LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, pp. 133-162.

Sua observação quanto “praxis social”, nos mostra seu caráter conflituoso. A idéia de conflito social coloca em oposição dois grandes arcabouços teóricos do pensar moderno: o marxista e o durkheimiano.

A teoria marxista enfoca a desigualdade social no capitalismo, aprofunda situações de carências e necessidades básicas, engendrando os conflitos, como assinala Marx e Engels:⁷⁸

A história da sociedade se confunde até hoje com a história das lutas de classes. [...] opressores e oprimidos em permanente conflito entre si, não cessam de se guerrearem em luta aberta ou disfarçada [...].

Esta observação pontual do *Manifesto Comunista*, parece obstaculizar o fato de que nem sempre o confronto é direto entre classes, mas se dá através de seus representantes.

Já a teoria de Durkheim, por sua vez, substitui o conceito de conflito pela idéia de tensão. Retira das ações individuais a força e a autonomia, bem como a função da ação transformadora, pois são influenciadas pelos grupos, instituições e o Estado. Sendo assim, os indivíduos são mediados pela consciência do grupo social a que pertencem. Enfim, a teoria da ação social pressupõe o indivíduo em interação com outros, mas submetidos às ações exteriores. Ou seja, para Durkheim, o fato social é toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo coerção exterior; ou então, ainda, que é geral na extensão de uma

⁷⁸ MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto Comunista de 1848*. Tradução de Regina Lúcia F. de Moraes. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, pp.93-94.

sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter.⁷⁹

Concluindo, Durkheim afirma que o indivíduo somente se realiza, enquanto tal, na medida em que sua consciência individual está recoberta pela consciência social.

Nos movimentos sociais as ações coletivas são conduzidas com o objetivo de conservar ou transformar as relações sociais. A ação coletiva, mas sem um projeto de conservação ou mudança das relações sociais, não cria um movimento social.

Há que se destacar, porém, que as ações coletivas não possuem só projetos de mudança; logo, não existe somente movimentos de oprimidos e/ou operários, mas podem existir projetos de conservação do “*status quo*”, como bem destaca Cristiano Gustavo B. Simon.⁸⁰

Os projetos dos movimentos sociais são de transformação ou de conservação de uma sociedade, portanto, suas estratégias revelam seu caráter e sua finalidade.

A organização é outro dado que permite compreender a formação de um movimento social. A este respeito distinguem-se movimentos sociais relacionados diretamente à política institucional e outros que podem vir a ser institucionalizados. A organização pressupõe a base e a liderança. Muitas vezes, apesar de terem objetivos

⁷⁹ DURKHEIM, Émile. O que é fato social. In: RODRIGUES, José Albertino (org.). *Durkheim*. Tradução de Laura Natal Rodrigues. 3. ed. São Paulo: Ática, 1984, pp. 45-46.

⁸⁰ SIMON, Cristiano Gustavo B. *O campo da UDR: projeto e situação da elite rural brasileira, 1985-1988*. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado), FFLCH da Universidade de São Paulo.

semelhantes, elas se distanciam quanto as estratégias e, em outros casos elas se confundem (o que deveria acontecer).

O conflito social que resulta em uma ação coletiva, pressupondo uma visão de mundo e projeto de organização, são elementos essenciais para análise dos movimentos sociais. Observa-se, porém, que não se tem por objetivo criar um modelo teórico para verificação de sua natureza, mas apenas compreendê-la.

A relação entre movimentos sociais e sociedade, pode modificar seus projetos. Daí, a necessidade de uma operação histórica no sentido da percepção de permanências e mudanças nos seus projetos com relação a temporalidade histórica. Ou seja, é possível afirmar que atualmente, por exemplo, grande parte dos movimentos sociais “populares” tem como projeto a crítica ao Estado burocrático e autoritário e ausência de valores democráticos para a sociedade.

Os modelos de ditadura na América Latina desenvolveram experiências que marcaram profundamente a sociedade, obstaculizando a emergência de movimentos pela democracia. Mas a experiência dos movimentos operários em alguns países em alguns países da Europa Ocidental pretenderam, nos séculos XIX e XX, tomar o poder do Estado para constituir uma outra sociedade⁸¹. A novidade passa, sobretudo, pelo projeto de autonomia para todos os segmentos sociais, evidenciando uma visão de mundo de respeito à “diversidade” entre as classes.

⁸¹ CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Eder Sader, analisando os novos movimentos sociais acrescenta:

[...] Havia neles a promessa de uma radical renovação da vida política.

Apontaram no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana.

Apontaram para uma nova concepção política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social [...]

Eles notaram que haviam recantos da realidade não recobertos pelos discursos instituídos. Constituíram um espaço público além do sistema de representação política.⁸²

A luta pela cidadania é o elemento norteador destes novos movimentos sociais. Cidadania no sentido de respeito aos direito do outro, pressupondo o reconhecimento da diversidade vivida numa relação conflituosa, na qual, o direito e o dever estão amalgamados no busca da democracia.

3.2. Movimentos Negros

No que diz respeito às reivindicações sociais dos movimentos negros no Brasil atual, podemos analisá-los sob dois aspectos: a luta contra o racismo e a tentativa de reparação econômica devido aos longos anos de escravidão. Sem dúvida, estes aspectos estão entrelaçados na luta pela participação política, baseada na manutenção de sua identidade diversa e na possibilidade econômica de integração.

⁸² SADER, Eder, op. cit., pp. 313-314.

Clóvis Moura, em seu artigo *Organizações negras*,⁸³ datado de 1980, afirma que o negro brasileiro sempre foi um “organizador”:

Durante o período no qual perdurou o regime escravista, e, posteriormente, quando se iniciou - após a Abolição - o seu processo de marginalização, o negro se manteve organizado, com organizações frágeis e um tanto desarticuladas, mas sempre constantes: quilombos, confrarias religiosas, irmandades, ‘cantos’ na Bahia, grupos religiosos como o candomblé, terreiros de xangô e mesmo de umbanda, mais recentemente.

A primeira organização negra de caráter nacional, parece ter sido a Frente Negra Brasileira - FNB -, fundada em 16 de setembro de 1931, com sede central na cidade de São Paulo e congregava várias entidades e grupos negros, inclusive de outros estados.⁸⁴

Segundo Florestan Fernandes, a FNB, por seus estatutos se reconhecia como tendo por objetivo:

...[promover a] união política e social da gente negra nacional, para a afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para ‘reivindicação de seus direitos sociais e políticos atuais’, na Comunhão Brasileira.⁸⁵

Observa-se que a preocupação central da FNB era, primeiro a mobilização dos grupos negros reivindicatórios para, após isso, afirmar o direito passado e reivindicar os diferentes presentes.

Analisando sua maneira de organização, percebe-se alguma semelhança com os grupos reivindicatórios dos anos trinta, tanto os de direita como os de esquerda. A FNB, possuía um estatuto, onde os poderes dos dirigentes eram delimitados, com uma milícia, rígida

⁸³ MOURA, Clóvis. *Organizações negras*. In: SINGER, Paul & BRANDT, Vinícius C. (orgs.) *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1980, pp. 143-175, cit. p. 143.

⁸⁴ MOURA, Clóvis, op. cit., p. 154.

⁸⁵ FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*, op. cit., v. 2, p. 46.

na disciplina e treinamento militar; hino; carteiras de identificação com fotos de frente e perfil.

O depoimento de um de seus integrantes explica a importância da identificação:

[...] Quando as autoridades policiais encontravam um negro com esse documento, respeitavam-no, porque sabiam que na frente negra só entravam pessoas de bem.⁸⁶

Do depoimento citado pode-se inferir o inquestionável caráter militarizado e preconceituoso do governo brasileiro antes mesmo da vigência do Estado Novo. Observa-se, ainda, um preconceito também do depoente ao aceitar a situação, pressupondo que as credenciais da FNB o tornassem diferente dos outros negros, que podiam ser “gente de bem”, sem credenciais, ou não ser “de bem” e serem presos e inqueridos pela autoridade policial.

Ainda na esteira do depoimento, o núcleo paulista da FNB conseguiu inscrever na Força Pública de São Paulo - atual Polícia Militar -, mais de quatrocentos negros, rompendo com a tradição de não admissão de negros em suas fileiras.

O golpe estadonovista de 1937 fechou todos os partidos políticos, inclusive a FNB, então registrada como partido político, que persistiu, enquanto organização não-partidária, passando a ser conhecida como *União Negra Brasileira* até maio de 1938, quando dos festejos do cinquentenário da Abolição da escravatura.

O caráter associativo e de identidade da FNB, contrariava, sobremaneira, a ordem autoritária e a transformava em mais um espectro de subversão, passível de repressão e perseguição. Aliás, todo movimento popular reivindicatório, neste momento, se retraiu. Os

⁸⁶ *Apud* MOURA, Clóvis, op. cit., p. 156.

seus dirigentes foram presos, desapareceram, ou se retiraram para posições defensivas, mesmo tendo a tipificação já apontada.⁸⁷

Analisando a FNB Florestan Fernandes conclui que

[...] o repúdio ao padrão tradicionalista e assimétrico da dominação racial e as aspirações de integração social rápida em escala coletiva, convertiam a Frente Negra, inapelavelmente, num momento reivindicatório assimilacionista. No fundo, portanto, ela atuou como um mecanismo de reação societária do ‘meio negro’.⁸⁸

Em outras palavras, a FNB não possuía um projeto de mudança estrutural da sociedade, protestava contra a persistência dos antigos valores racistas, reivindicando a igualdade com o branco, isto é, o acesso à ordem estabelecida. Percebe-se toda a força marxista do autor que, naquele momento só compreendia movimento social se estivesse vinculado a uma proposta de revolução.

A partir de 1945 com a queda de Vargas houve um afrouxamento da ditadura quando, então, algumas organizações saíram da clandestinidade, enquanto outras eram formadas, porém, sem a pretensão de tornarem-se nacionais.

É expressivo desse momento, o “movimento da negritude”, como forma de recusa do negro à qualquer submissão aos valores brancos. Nesse sentido, procuraram realçar seus traços africanos, numa posição bastante divergente das opções pelo branqueamento, isto

⁸⁷ Cf. Claude Lefort “*a ordem totalitária inscreve o indivíduo, simbólica e contraditoriamente, em dupla necessidade de representação: seja para incluí-lo como para excluí-lo absolutamente, de modo a imprimi-lo na lógica de desordem.*” In: LEFORT, Claude. *As formas da história*, op. cit., pp. 331-332.

⁸⁸ FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*, op. cit., v. 2, p. 48.

é, de aproximação do padrão de beleza aceito pelo homem branco. Entre 1945 a 1978, as organizações negras não tiveram caráter nacional.

A unificação nacional dos movimentos negros ocorreu em 1978, em plena ditadura militar, com a organização do Movimento Negro Unificado MNU.⁸⁹

O MNU foi criado como reação à discriminação do Clube Tietê de São Paulo a quatro atletas negros e, em protesto contra a morte provocada por tortura policial a um operário negro e o assassinato de um outro, em perseguido pela polícia.

O primeiro ato público do MNU aconteceu em 07 de julho de 1978, em frente às escadarias do Teatro Municipal de São Paulo.

Em pleno regime de exceção, um protesto contra a discriminação racial e a marginalidade - quando se pregava a democracia racial -, o desemprego e a opressão policial, mostrava a efervescência da sociedade diante de uma crise que, então, despontava.

Interessante observar, que imediatamente ao ato fundante do MNU, os presidiários de São Paulo, negros intitulados “Grupo Afro-Brasileiro Netos de Zumbi” foram os primeiros a se mostrarem solidários com a causa.

Segundo Jonas C. da Silva, os presidiários que conviviam cotidianamente com a violência institucionalizada do Estado brasileiro, exigiam o fim da discriminação racial, porém, já reclamavam por direitos humanos sem paternalismos.⁹⁰

⁸⁹ SILVA, Jônatas C. da História de lutas negras. In REIS, João José. *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 227-287.

O MNU, transformou-se em um movimento reivindicatório nacional, incorporando os afoxés e blocos afro-baianos, religiões afro-brasileiras e grupos de estudos negros.

A década de noventa, inicia-se com um novo movimento negro, surgido na Universidade de São Paulo (USP), com a pretensão de reparar financeiramente os descendentes de escravos negros (60 milhões de negros e mestiços).

Esse movimento iniciado na USP lançou o *Movimento pelas Reparações*, calculando uma indenização do trabalho escravo no Brasil que representava algo em torno de US\$ 6,1 bilhões, cabendo US\$ 102 mil a cada descendente.⁹¹

Isto tem suscitado grandes debates, inclusive entre os participantes dos movimentos negros. Grande parte deles, clama que este assunto desvia a questão principal, que é a luta pela cidadania.⁹²

Contudo, os movimentos negros têm em comum, apesar das divergências assinaladas, a luta contra a discriminação racial, embora, atualmente, o conceito de raça aplicado a seres humanos seja relativamente discutível.

Segundo Lilia Schwarcz,⁹³ não existe fundamentos de ordem genética que caracterizem raças como categorias biológicas. A cultura liga mais as pessoas que os genes.

⁹⁰ SILVA, Jônatas, op. cit., p. 333.

⁹¹ Folha de São Paulo, 21 de janeiro, 20 de fevereiro e 09 de junho de 1995.

Características visuais, como cor da pele, textura, forma do cabelo e traço fisionômicos, são resultados de um processo de adaptação da espécie às regiões climáticas. Outras concepções mantêm a crença nas diferenciações genéticas e portanto, raciais, com a ressalva de que elas não contam no momento de diferenciar populações.⁹⁴

Nesse sentido, a raça é um conceito biológico relacionado somente a fatores hereditários, não incluindo condições culturais, sociais e psicológicas. Essas concepções de cunho científico vieram ao encontro dos anseios dos movimentos negros, que passaram a utilizar-se destes dados para contrapor-se àquelas teorias racistas, inclusive, resquícios do positivismo do século XIX.

Em 1944, foi lançado nos EUA, o livro *The Bell Curve*, cujos autores, o sociólogo Charles Murray e o psicólogo Richard Herrnstein, cruzando os resultados de várias pesquisas sobre QI, concluíram que em média, asiáticos e brancos têm QI superior ao dos negros e isso se deve a fatores genéticos, pois as diferenças se mantêm mesmo em condições de igualdade sócio-econômicas.⁹⁵

O livro trouxe polêmica entre os grupos e os movimentos e grupos nos EUA. Alguns viam nessas teses uma estratégia de desqualificação a raça negra e por essa razão queriam que a obra fosse retirada do mercado.

⁹² *Idem*, 09 de junho de 1995.

⁹³ SCHWARCZ, Lilia Moritz, op. cit., Capítulo 2. Ver também, SODRÉ, Muniz, nota 96.

⁹⁴ Folha de São Paulo, 30 de janeiro de 1995.

⁹⁵ Folha de São Paulo, 30 de outubro, 06 e 13 de novembro, 04 e 18 de dezembro, todos de 1994.

Em relação ao conceito de raça, assunto extremamente polêmico, sobre o qual muito já se escreveu, Muniz Sodré, em obra publicada em fins dos anos 90, pondera:

É certo que, meio século atrás, não era tão divulgada a certeza, agora corrente na ciência biológica, de que o conceito de raça é inviável se aplicado a seres humanos. Raça, que implica indivíduos com patrimônios genéticos diferentes, não existe. Hoje começa a ter curso a expressão ‘espécie humana’, que é única e abrange a todos os seres humanos.

[...] São evidentemente diferentes os fenótipos ou aparências (forma, cor, estatura) que correspondem a manifestações variadas dos patrimônios genéticos e, portanto, enseja características dos tipos físicos ou étnicos variados. As etnias são artefatos conceituais criados pelos grupos dominantes (dirigentes), para melhor controlar determinadas contradições sociais, em seu movimento de construção do Estado. A percepção imediata classifica automaticamente, a partir das noções inventadas (raça ou (etnia) a maioria dessas diferenças fenóticas.⁹⁶

O racismo contemporâneo, pretende mais preservar o igual, do que eliminar o diferente. O separatismo brasileiro,⁹⁷ o neonazismo europeu, as conclusões do *The Bill Curve*, apontam nesse sentido. Seria o retorno a um certo liberalismo que se distingue, porque defende o esquecimento das diferenças, para reforçar a igualdade dos competentes. E a marca da competência é ter condições passivas de sobrevivência em um mundo marcado pela fome. Apesar das sutilezas deste neoracismo, a sociedade brasileira ainda pratica os racismos institucionais, como clubes que não permitem negros em seus quadros, em colégios que não aceitam negros como alunos, não admissão de um papai-noel negro, entre outras inúmeras manifestações.⁹⁸

⁹⁶ SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991, 195. Grifos do autor..

⁹⁷ Folha de Londrina, 21 de fevereiro de 1993.

Cumprir observar, como estatisticamente se tem tratado o preconceito de cor. Em uma pesquisa do Data Folha, sobre o tema constatou-se que 87% dos pesquisados - não-negros - têm algum preconceito contra negro. Os pobres e não ricos, são os que se manifestaram mais preconceituosos e mais da metade dos negros aceita que “negro bom é aquele de alma branca”. Embaralhando os dados nota-se que existe um racismo que se transveste de cordialidade e que não é próprio somente nas camadas dominantes.

A pesquisa revelou que pelo menos 58% da população brasileira tem pele escura, contrariando os últimos censos oficiais, onde a população brasileira é considerada branca (92,9). Isto se deve por se classificar como pardos, os mestiços, denominação desprezada pelos brasileiros.⁹⁹ O governo, insistindo nesta classificação, através dos censos oficiais do IBGE, parece reforçar o discurso de que houve um processo miscigenação e que já estamos num verdadeiro paraíso, onde existe uma pequena parcela de negros, com tendência ao desaparecimento, vingando o modelo branco. Por isso, não existe um programa governamental de discussão contra os preconceitos.

Outrossim, a situação econômica e social dos negros nos permite verificar sua completa exclusão, fenômeno camuflado pelos dados oficiais. Pela pesquisa de 1995 se apurou que a renda média de brancos é bem superior a dos negros, representando, em média, quase três vezes mais. O número sobe para quatro na comparação com as mulheres negras. Nota-se que de 142,2% de brancos e negros, os primeiros ganham em média quase três vezes mais que os negros. O número sobe para quatro na comparação com as mulheres negras.

⁹⁸ *Idem*, 25 de junho de 1995.

⁹⁹ Folha de Londrina, 21 de fevereiro de 1993.

Já em relação ao mercado de trabalho os negros entram precocemente, com 10-14 anos, representando 20,56% das crianças negras brasileiras; isto significa 50% superior ao das crianças brancas. O índice de analfabetismo entre os negros é superior, principalmente no Nordeste que atinge 59,4 entre brancos.¹⁰⁰

Dialogando com estes dados, há que se reconhecer, ainda, a dificuldade do negro em ter acesso ao mercado de trabalho e sua condição marginal com relação ao aproveitamento escolar. Esses aspectos estão interligados devido a necessidade de a criança negra adentrar precocemente no mercado de trabalho com objetivo de auxiliar a família ou por ser seu arrimo.

Subemprego e analfabetismo, também são formas de exclusão, fórmula que fundida à expectativa de vida entre os nascituros negros, provoca uma generosa estratificação social. Apesar de que estes dados indicam que não basta ao negro ter a mesma escolaridade e treinamento profissional para alcançar o branco na corrida pela ascensão social ou pela mera sobrevivência. É, ainda, a cor o fator de consideração.

Esses dados estatísticos, nesta breve análise, impuseram-se com o objetivo de refletir qual é a cidadania pretendida pelos negros no Brasil.

A questão dos movimentos e lutas dos movimentos negros no Brasil, não deve, todavia, ser tratada de forma paternalista, onde se constata sua inferioridade racial, econômica e social e se procura minimizá-la. Há que se tratá-la de forma política, onde se perceba a diversidade e se conquiste a possibilidade de cidadania, em sua amplitude. A “praxis”

¹⁰⁰ Folha de São Paulo, 25 de junho de 1995.

democrática, significa a possibilidade da efetivação deste pressuposto e da destruição de um autoritarismo socialmente implantado, do qual a democracia racial é seu instrumento.

CAPÍTULO IV - O MOVIMENTO NEGRO EM LONDRINA

A vida de todos os dias é apaixonante. Talvez seja essa, para mim a maneira de entrar na História (Philippe Ariès).

4.1. Apresentando o Problema

No primeiro capítulo procuramos mostrar uma certa historiografia brasileira sobre a escravidão, descobrindo o negro como agente de seu devir e da história do Brasil, mesmo as correntes marcadas pela negatividade da ação do negro, porque “raça inferior” ou porque o sistema não permitia vislumbraram metodologias para seu estudo .

No capítulo seguinte ampliamos a discussão, mostrando como as mesmas tendências historiográficas e outras recentes, analisaram e debateram o processo de abolição da escravatura e o pós abolição, sempre buscando a presença do negro .

No terceiro capítulo analisamos os movimentos negros anteriores a década de 70 e comparamos com os “novos” movimentos negros articulados na década de 80 do século XX. Na esteira destes capítulos pudemos compreender que a história dos homens não se explica em grandes arcabouços teóricos e generalizantes, engendrados somente pelos aspectos estruturais, sem vislumbrar as micro- histórias, as experiências cotidianas. Encontramos uma abordagem integrada, na qual as estruturas culturais e sócio-econômicas se ligam com a imprevisibilidade da política, ao se enfatizar o papel da experiência humana para o entendimento da dinâmica histórica e social.¹⁰¹ Neste capítulo examinaremos os movimentos sociais em Londrina de 1940 até 1990.

¹⁰¹CASTRO, Hebe M. de *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 18.

A cidade de Londrina, no início dos anos noventa do século passado, possuía em torno de 390.099 mil habitantes, considerada numa perspectiva regionalista como mediana e interiorana, ligada à produção agrícola e de serviços, com poucas indústrias. Sua história é recente, data da década de 1930, foi fundada por uma Companhia de Terras¹⁰² e nasce ligada a expansão cafeeira no norte do Paraná. Considerada "boca de sertão", as abordagens históricas, sociais e políticas sobre a cidade, geralmente procuram analisar o seu processo de colonização e suas conseqüências.

As composições historiográficas¹⁰³ sobre a cidade de Londrina, algumas das quais amalgamadas à história social, não vislumbraram a participação do negro na construção da cidade. Talvez, porque a temática não fosse pertinente, ou porque criou-se a ideologia de que no sul do Brasil e, por extensão na cidade de Londrina, não há negros. Vive-se num mundo branco, onde a presença negra não é marcante e, portanto, não deve se justificar menção a esta parcela populacional. Também, este esquecimento involuntário ou voluntário é característico dos álbuns comemorativos sobre a cidade, nos quais, apesar de saber-se da

¹⁰² Cf. depoimento de Hermann M. de Barros, um dos acionistas da Companhia de Terras Norte do Paraná, In: SANTOS, Rubens Rodrigues dos (org.). *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*. 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 1977, p. 114-133, a Companhia de Terras Norte do Paraná era subsidiária brasileira, com sede em São Paulo, da firma inglesa Paraná Plantations Ltd., que adquiriu entre 1925/1928, 547.117 alqueires de terras do Governo do Paraná para a implantação de um projeto imobiliário de venda de terras, em pequenos e médios lotes, prevendo, no espigão mestre que divide as águas das bacias hidrográficas dos rios Tibagi e Ivaí, de 100 em quilômetros, uma cidade - Londrina, Maringá e Umuarama - e de 15 em 15 quilômetros, patrimônios - Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana, entre outros, cuja finalidade era servir de posto de abastecimento para esses proprietários.

¹⁰³ A maioria dos trabalhos são dissertações de mestrado e teses de doutorado, como por exemplo: ARIAS NETO, José Miguel. *Eldorado: representações políticas em Londrina, 1930-1975*. Londrina, PR: Ed. da Universidade Estadual de Londrina, 1998. ADUM, Sônia Maria S. L. *Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina, 1930-1960*. Assis, SP, 1991. Dissertação (Mestrado em História Social), ILHP, UNESP, 1991. BENATTI, Antônio Paulo. *O centro e as margens: boemia e prostituição na "capital mundial do café"* (Londrina: 1930-1960. Curitiba, PR, 1996. Dissertação (Mestrado em História Social), Departamento de História da UFPR. TOMAZI, Nelson D. *Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias*. Curitiba, 1997. Tese (Doutorado em História), UFPR. CASTRO Rosimeiri A.A. *O cotidiano e a cidade: práticas, papéis e representações femininas em Londrina, 1930-1960*. Curitiba, 1994. Dissertação (Mestrado), UFPR, entre outros. Ressalvamos o trabalho de ALMEIDA, Ana Maria C. *A morada do vale: sociabilidade e representações* (um estudo sobre as famílias pioneiras do Heimtal. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade de São Paulo, que ligeiramente cita à p. 181, o depoimento de um imigrante alemão, revelando que os negros eram "*arruaceiros bagunçeiros [...] não tinham origem, como nós*".

existência de uma “elite negra” (professores, médicos advogados pastores e comerciantes), ela não é mencionada nas homenagens dadas aos cidadãos prestantes, pelo Legislativo Municipal, menções aos “pioneiros” e etc.

Observando os quadros abaixo, referentes aos dados estatísticos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), nota-se que a população negra em Londrina, não pode ser desprezada e proporcionalmente seu crescimento é visível. Se somarmos ao números de pardos – uma categoria vista como mestiça – o número aumenta substancialmente. Estamos preocupado, entretanto, com uma análise de performance qualitativa, neste sentido podemos inferir que se somarmos a tendência do brasileiro de se embranquecer as dados estatísticos devemos desconsiderar a falsa idéia de Londrina como uma cidade de brancos. Ainda, cumpre salientar o crescente número de população amarela na cidade – descendentes de japoneses – entretanto, pelo Censo de 1991 a população negra parece superá-la . Também, é importante mencionar a falta do dado cor no Censo de 1970, revelando que o governo militar, havia aderido o mito de harmonia racial, por razões óbvias.

Quadro 1 - População do Município de Londrina*

Ano	População
------------	------------------

1940	75.296
1950	71.412
1960	134.821
1970	228.101
1980	301.711
1991	390.099

* Dados dos Censos Demográficos dos respectivos do IBGE.

Quadro 2 - População do Município de Londrina pela Cor*

Ano	Total	Branco	Negro	Pardo	Indígena**	Amarelo	Outros**	Sem Declaração
1940	64.549	1.703	5.161	-	3.726	116	-	
1950	62.085	3.427	970	-	4.546	-	-	
1960***	-	-	-	-	-	-	-	
1970***	-	-	-	-	-	-	-	
1980	221.765	11.722	51.792	-	15.382	-	1.035	
1991	292.648	13.195	70.792	673	12.469	-	322	

* Dados dos censos demográficos dos respectivos anos do IBGE

** São dados que aparecem segundo a metodologia criada pelo IBGE para o respectivo ano

*** No ano de 1960 o IBGE forneceu o dado cor somente por Estado e em 1970, não foi tabulado o dado cor no respectivo censo.

Apesar dos dados estatísticos e das observações feitas, perguntar o porquê da ausência de considerações à população negra na historiografia e na própria memória da cidade, talvez seja mais vez esbarrar no mito da democracia racial e mergulhar nas considerações que fizemos em capítulos anteriores, onde vislumbramos a sua permanência na

sociedade contemporânea. Verificamos que este mito continua obliterando o debate sobre as relações raciais e culturais do país. É no ideário da democracia racial que aparece a figura do mestiço, um tipo ideal, capaz de diluir as características específicas dos diferentes conjuntos identitários. O mestiço, enquanto tipo ideal, foi pensado, acima de tudo, como resposta ao potencial conflito branco-negro. Se o ideário da miscigenação tira do branco seu teor de “pureza”, também retira do negro o direito à existência; é a tese do embranquecimento que vigora na sociedade brasileira principalmente onde o número de negros e pardos é menor.

No sul do país, onde a população negra e mestiça são proporcionalmente menores que em outros estados, considerando o grande número de imigrantes europeus e seus descendentes, o problema toma uma dimensão complicadora, originando, inclusive, movimentos separatistas, em momentos de crise sócio-econômica que, entre outras justificativas, apontam para a característica branca da população sulista, como um elemento diferenciador do resto do país.¹⁰⁴ Curioso é que, por outro lado, para defender a manutenção da unidade nacional, também utiliza-se do próprio mito, ou seja, propaga-se a nossa identidade nacional como uma cultura singular, fruto da assimilação de elementos afros sincretizados com aspectos culturais indígenas e europeus. Cumpre salientar, que o mito da democracia racial está baseado em aspectos essencialmente culturais, desprezando o aspecto político. No Brasil não foi necessário compartilhar o poder (econômico e político) para se ter uma democracia.

Sabe-se que, apesar da cidade ser fundada por uma companhia inglesa, não significa que seus “pioneiros”, sejam em sua maioria ingleses como se leva a crer.

Como vem demonstrando a historiografia e as análises sócio-geográfica e política sobre a cidade, pequenos e médios trabalhadores paulistas e mineiros, em sua maioria, foram os que atenderam às diversas propagandas da CTNP e utilizaram seus poucos recursos para comprar pequenos lotes de terras, realizando o sonho de serem proprietários, muitos dos quais eram meeiros e empregados nas fazendas dos estados de São Paulo e Minas Gerais; estados brasileiros, tradicionalmente com índices elevados de população negra e mestiça.¹⁰⁵ Analisando estes dados podemos afirmar, *a priori*, a necessidade das composições históricas sobre a cidade e de uma certa memória redimensionar o “mito” de que a “pequena Londres” é uma cidade essencialmente branca e o é desde o início de sua fundação.

4.2. Do Quadrado à Princesa Isabel (1940- 1950)

Uma certa memória sobre as primeiras organizações negras em Londrina, é constituída em torno do nome de Cypriano Manoel, alçado como um verdadeiro líder negro. Cypriano Manoel, teria vindo à Londrina no fim da década de 30 do século passado. Os

¹⁰⁴ Cf. Folha de Londrina, 21/02/93, sobre o movimento "*O sul é meu país*".

¹⁰⁵ Para comprovar nossa análise, cruzamos dados sobre a quantidade de população negra em São Paulo e Minas Gerais nas décadas de 1930/1940 e 1959, retiradas dos Censos respectivos do IBGE, com uma pesquisa de conclusão - QUÍCOLI, Paulo César. *A formação e a ocupação de um Bairro Antigo de Londrina: o exemplo da Vila Nova*. Monografia apresentada ao Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, em 1984 -, na qual, por meio de entrevistas o autor conclui que a maioria da população desse bairro, caracteristicamente de trabalhadores, são mineiros e paulistas ou seus descendentes.

depoimentos da pesquisa, apontam 1934 como o ano de sua chegada. Porém, sua admissão como empregado na CTNP é de 1936. Fato comum, ainda hoje no Brasil, “regularizar” a situação do empregado, alguns anos, após sua admissão. Também, não podemos olvidar que o Brasil passava por uma reestruturação trabalhista, oficializada pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930 -1934) e somente legalizada na Carta Constitucional de 1934.

O “líder negro” teria vindo de um estágio na capital paulista e recrutado pelos próprios diretores da Companhia como motorista ou, como aponta seu primeiro registro empregatício, “Chauffer-Mechanico”, conforme se vê nas páginas seguintes:

Duas considerações importantes depreendem-se destas primeiras observações, Cypriano, segundo seu registro empregatício teria nascido em, 1889 ou 1990 (?), em Campinas -SP. Porém, teria vindo à Londrina com mais ou menos 39-40 anos, de São Paulo – capital. São Paulo, na década de 30, tinha passado por diversas mudanças, principalmente política, após a “Revolução de 1930” e a própria “Revolução Constitucionalista” de 1932.

No âmbito do nosso trabalho é interessante observar que a primeira organização negra de caráter nacional a FNB (Frente Nacional Brasileira) foi fundada em 1931, em São Paulo. Sabe-se, entretanto, que além desta entidade funcionava nesta cidade diversos clubes recreativos e beneficentes negros.¹⁰⁶ Se Cypriano não teve contatos com a FNB, pelo menos deve ter dela ouvido falar dela, através das tais entidades que freqüentava. São hipóteses retiradas dos depoimentos e de sua própria trajetória como o primeiro a tentar organizar a gente negra em Londrina, mesmo porque, apesar de ser semi analfabeto, sua experiência como motorista na capital paulista, uma profissão de permanente contato com uma determinada elite, e de remuneração elevada dentro dos padrões do operariado - como motorista da Companhia de Terras Norte do Paraná, em Londrina -, sua remuneração era de trezentos mil réis ¹⁰⁷ e sua participação em entidades negras colocaram-no como uma importante liderança entre os negros em Londrina. Entre outras facetas de Cypriano, Manoel, o depoimento de Oscar Nascimento nos fala de seu refinamento ao falar e ao se vestir.¹⁰⁸

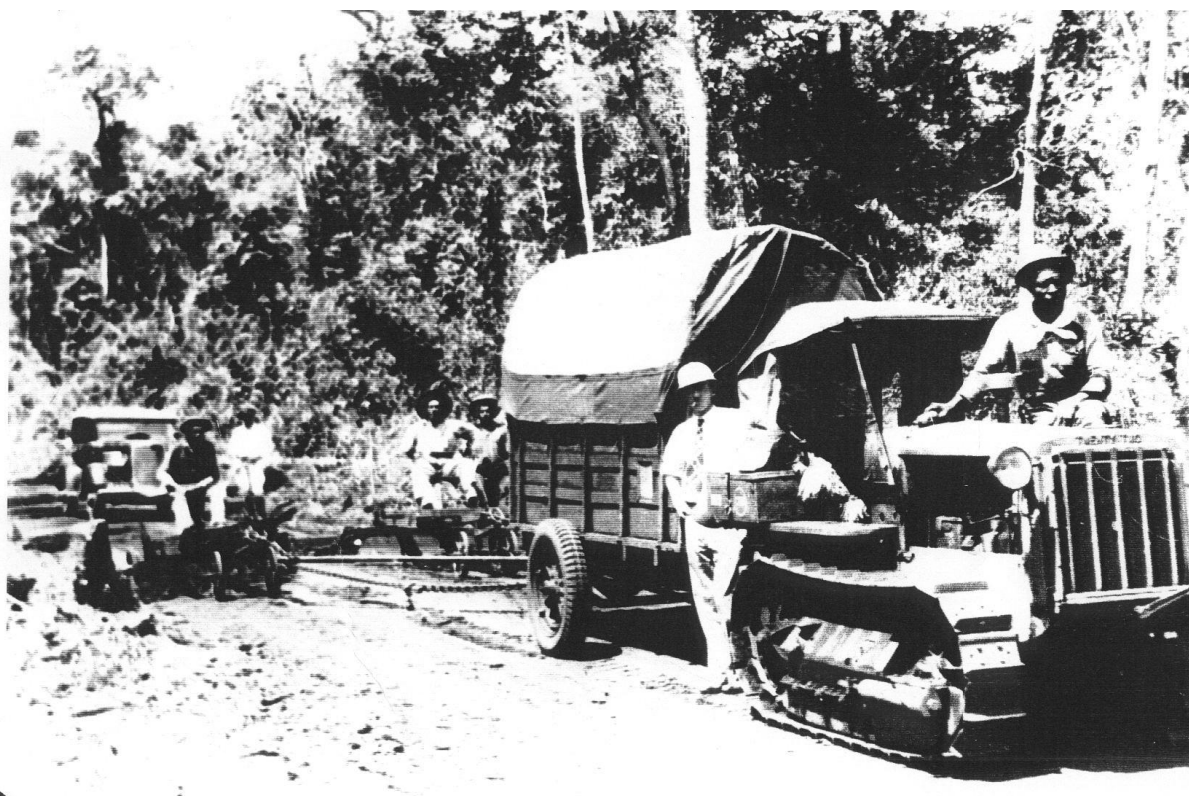
Cypriano Manoel, apesar de ser motorista dos diretores da Companhia de Terras, quando chega a Londrina enfrenta a frente de trabalho na derrubada da mata.

¹⁰⁶ FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*, op. cit., p. 45. SILVA, José Carlos da. *Os sub urbanos e a outra face da cidade – negros em São Paulo, 1900-1930 : cotidiano, lazer e cidade*. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), IFCH, Universidade de Campinas, especialmente o Capítulo 4.

¹⁰⁷ Jorge Cernev, ao comentar salário de dois professores normalistas, nomeados pelo Estado, observa que o professor “*percebia em 1934, 240 mil réis mensais e o salário de um ajudante de motorista era de 300 mil réis*”. Ver CERNEV, Jorge. *Liberalismo e colonização*. Londrina: Ed. da Universidade Estadual de Londrina, 1997, p. 123.

¹⁰⁸ Oscar Nascimento, 72 anos de idade, líder negro, foi presidente da AROL, advogado do MUCON e de diversas causas negras em Londrina e região e ainda possui uma banca de advocacia na cidade, concedeu entrevista a José Donizetti Brandino de Oliveira em maio 2001. As entrevistas com outros líderes negros estão contidas em um projeto denominado *Manoel Cypriano: a trajetória do pioneiro negro e sua contribuição para a organização do negro em Londrina*, apresentado à Secretaria de Cultura do Município de Londrina, em 1993, de autoridade de Idalto José de Almeida.

Uma fotografia de autor desconhecido, da década de 30, mostra uma cena cotidiana da derrubada da mata em Londrina. Nela podemos começar a entender, o que significou o processo de expansão e destruição da mata nativa no Norte do Paraná. Tratores abrindo clarões imensos através da mata fechada como arautos da civilização ou do lucro capitalista. O homem civilizador, aqui representado pelo inglês, tendo ao lado uma espingarda e uma ave caçada. Poderíamos, através da fotografia analisar toda a relação entre a civilização e a barbárie efetuada neste interior. Entretanto, como já observamos, outros trabalhos historiográficos já o fizeram. O que, nos interessa são as relações humanas vislumbradas na cena. Como condutor de todo comboio, encontramos Cypriano Manoel, ao lado do inglês, com certeza funcionário graduado da CTNP, fazendo-nos crer a proximidade com seu chefe imediato. Mesmo porque, logo atrás, afastados, encontramos os outros trabalhadores, dos quais um negro. Sendo assim, a fotografia revela, o que os depoimentos tinham apontado - a importância de Cypriano nos quadros do operariado da Companhia, seja como alguém “agradável” aos seus chefes e um líder entre os operários .



Ao chegar em Londrina na década de 30, Cypriano Manoel vai para a frente de trabalho na derrubada

Os anos 30 do século passado, como já referimos nos capítulos anteriores, é o momento da história do Brasil onde se concretizará, através do governo Vargas (1930 - 1945) o projeto racionalizante do embranquecimento populacional. O golpe que trouxe Getúlio Vargas ao poder, representou muito mais do que uma simples mudança de projetos políticos ou da elite governante. A nova elite, de contornos sociais urbanos, foi vanguarda de um projeto nacional de enormes proporções: construir uma identidade nacional brasileira; os seus símbolos e significados. Criar um Brasil urbano e moderno significava criar um Estado forte e capaz de modelar o seu conjunto populacional no sentido de conseguir uma elevação da qualidade de vida, melhoria educacional e adestramento técnico profissional; alargamento dos setores médios: ocupação territorial; unidade lingüística, cultural e identidade nacional.

Ao que parece, a cidade de Londrina, fundada pela CTNP, se adequa perfeitamente aos interesses do governo e de sua elite dominante, é um novo horizonte, onde se constituiria uma nova sociedade. Entretanto, o projeto assimilacionista, só irá se concretizar, paulatinamente, na cidade, copiando o resto do país.

No início de 1940, Cypriano Manoel funda um grupo negro denominado Quadrado. Quais eram seus objetivos, onde funcionava, infelizmente ficou na memória e só foi resgatado pelo depoimento de Oscar Nascimento, que teria ouvido do líder negro. Entretanto, os indícios apontam como sendo um grupo de reunião entre os iguais para discutir enfrentamentos cotidianos. Ora, o nome “Quadrado” - talvez, fechado -, a época, o esquecimento, nos apontam para a hipótese de ser um grupo só de negros, que ainda reage à um sociedade marcadamente preconceituosa e isolacionista. Observe o depoimento de Oscar Nascimento sobre a fundação do Quadrado:

[...] criou-se um clube que era privativo só para as pessoas brancas. Então, Cypriano Manoel criou um clube chamado Quadrado, freqüentado por negros, pardos e era então um clube popular. ..Este clube, Quadrado foi [...] um local onde o pessoal mais pobre, negros. Mas não era só para negros, mais para operários.¹⁰⁹

A fundação de um grupo com características negras e operárias, neste trecho do depoimento assume um tom de contestação à constituição de um clube branco de elite. O “privativo”, no discurso, tem o significado de proibido, pela tonalidade da cor ou mesmo da impossibilidade de um negro de freqüentá-lo, por questões “culturais” e econômicas. Também, há a questão latente da segregação, interpondo-se com qualquer projeto assimilacionista governamental, corroborando nossa idéia inicial, da dificuldade de sua implantação imediata, mesmo em uma cidade nascente como é o caso de Londrina. Ainda, percebemos como a condição fenotípico já mistura-se à condição social, ou seja pobre -pardo e negro -, pelo menos na fala de Oscar Nascimento, são uma mesma categoria.

Exclusão social e assimilação cultural, apesar de categorias antagônicas, formaram um paralelo na questão racial brasileira e compuseram o mito da democracia racial.

No final dos anos de 1940, o “Quadrado”, transformou-se, em Sociedade Recreativa Beneficente Princesa Isabel, comandada por Cypriano Manoel. Em 1951, alcança personalidade jurídica pois, tem seus estatutos registrados em Cartório Civil, em Anexo. No art.1º desse estatuto, se denomina uma sociedade onde não há distinção de classe, crença e nacionalidade. Entretanto, observamos no seu art. 2º, como seus objetivos:

Art. 2º- São seus fins:

¹⁰⁹ Depoimento de Oscar Nascimento.

§ 1º -Promover entre os seus associados toda sorte de divertimentos como pique-nique, reunião dansantes (sic), kermesses (sic), etc.

§ 2º Não manter em sua sede jogo de azar.

§ 3º -Fundar escola para a cultura da raça negra, construir hospital, assistência médica hospitalar, dentista e advogado.

Analisando estes artigos e seus parágrafos, podemos fazer as seguintes considerações: primeiro, se enquadra nas regras constitucionais, onde uma associação não pode fazer distinções entre seus participantes (Constituição de 1946, art. 141, §§, 1º e 5º), porém, sua natureza é vislumbrada no parágrafo 3º do Art. 2º do estatuto, onde a “raça negra” aparece como preocupação essencial da entidade. Enquanto, a parte recreativa é para todos os sócios, o peso maior da entidade, a questão do assistencialismo cultural, médico e jurídico, é para a raça negra. Por que é segregada de todo este tipo de assistência social? Ou foi uma maneira de ludibriar um princípio constitucional proibitivo de associações isolacionistas? Pensamos na resposta como um cruzamento dos dois questionamentos. Tanto foi uma forma voluntária ou até mesmo involuntária de “burlar” a lei maior, como uma referência à condição de marginalidade de vida da maioria da população negra, sempre afastada das condições mínimas de sobrevivência - saúde, educação e direitos básicos. E, como demonstramos em capítulos anteriores, através de dados estatísticos, se ainda há, a permanência do problema no Brasil do início deste século XXI, naqueles anos a proporção era muito maior. Seria uma nítida forma de resistência da liderança negra da “Princesa Isabel”, utilizando um instrumento jurídico criado pela elite dominante para regradar e disciplinar as camadas subalternas.¹¹⁰

¹¹⁰ Cf. BARBOSA, Irene M. Ferreira. *Socialização e relações sociais: um estudo de famílias negras em Campinas*. São Paulo: FFLCH da Universidade de São Paulo, 1983 (Col. Antropologia).

É importante ressaltar a similitude do nome e dos objetivos desta entidade com as paulistanas da mesma época.¹¹¹ Será que a liderança negra da Princesa Isabel tinha relações com aquelas entidades? Ou estas relações eram baseadas na experiência paulistana de Cypriano Manoel. Infelizmente nossas fontes não forneceram as soluções para tais questionamentos, uma vez que os depoimentos não mencionaram nenhuma relação com outra entidade fora de Londrina, bem como, nenhum documento escrito mostra qualquer relacionamento.¹¹²

Torna-se também importante mencionar que a homenagem de seu nome à “redentora” - Princesa Isabel -, marca da constituição de uma simbologia de nação una, projetada pelo Estado Getulista - talvez esteja, rompendo as barreiras do “quadrado” para ceder lugar a um associação assimilacionista. Ou seja, entendemos a Sociedade Princesa Isabel, também como uma organização assimilacionista. Todavia, seria um engano afirmar que a elite londrinense tivesse um projeto estratégico para disciplinar negros e operários naquele momento histórico, tanto é que pesquisas em jornais da época, pouco a mencionam, apesar dos relatos orais da pesquisa, apontarem para seu funcionamento efetivo nos primeiros anos da década de 1950, em que pese ser o silêncio um mecanismo importante de estratégias de exclusão. Por outro lado, também seria um engano afirmar a sujeição absoluta de um povo aos projetos disciplinadores e identitários do governo. Neste sentido, uma análise mais atenta do estatuto, mostra regras próximas de tal projeto, como a proibição da admissão de sócios com enfermidade crônica ou defeitos físicos, ter boa conduta (art. 4º, a, b). Situações que apontam para um tipo “ideal” física e mentalmente são, para trabalhar e mudar os destinos da nação.

¹¹¹ CF. FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*, op. cit., p. 45

¹¹² Em vários Estados do país, as sociedades negras mantinham jornais e revistas, porém, em Londrina estas entidades deixaram pouquíssimo material escrito, o se que restringe, praticamente, aos Estatutos.

Curiosa é a proibição do sexo feminino na diretoria de pessoas (art.17°); seriam resquícios da inferiorização da mulher que só pela constituição de 1934, adquiriu cidadania política?

A Sociedade Princesa Isabel não possuía uma sede oficial; suas reuniões, bailes, festas eram realizadas em locais alugados, emprestados e, muitas vezes, realizadas nas casas dos próprios associados.

Na cópia do estatuto analisado pela pesquisa, pertencente ao arquivo de Oscar Nascimento, a data de fundação da “Princesa Isabel” foi grosseiramente alterada para 1° maio de 1939, pois, no documento original registrado em Cartório, consta a data de 1° de outubro de 1951. É muito comum no Brasil uma entidade funcionar e depois pedir o seu registro, mas em nenhum artigo do estatuto aparece a expressão “operário” e, portanto, a relação (veja a data 1° de maio) com o negro, parece não ser a visão da liderança negra dos anos 40 e início dos 50 na cidade. Veremos que tal ligação toma-se relevante nos anos posteriores. O objetivo principal na Sociedade Princesa Isabel é eminentemente negra. Observe nas raras vezes em que a mídia trata do assunto como a tônica recai na coloração da pele dos participantes da entidade: *“Será fundada em Londrina pelo senhor Manoel Alexandre (sic) uma agremiação dos homens de cor de Londrina”*.¹¹³

O jornalista ao dar a manchete da fundação de uma agremiação na cidade, não o faz de forma detalhada e ainda comete um equívoco ao citar o nome de seu fundador (Manoel Alexandre/Cypriano Manoel). Mas a expressão mais forte da frase é “homens de cor”, um eufemismo comumente usado pela nossa sociedade a fim de se evitar as designações preto ou mulato, como se branco não fosse cor.

Evidentemente as datas são importantes em qualquer análise sobre o passado. Entretanto, devemos entendê-las, muitas vezes, como construção dos historiadores e das memórias do passado. Percebemos a memória negra da cidade nos depoimentos e até nos pouquíssimos materiais escritos, construindo e datando sua própria história; daí a alteração da data de fundação da Princesa Isabel no estatuto arquivado por Oscar Nascimento. Nesta cronologia própria, o Quadrado teria se constituído na década de 1930, mas, pela pesquisa, nos anos finais de 1930 e 1940; a Princesa Isabel dos anos 1940, pela pesquisa, somente no início dos anos 1950 e a AROL, do final dos anos 1940, na verdade, só seria constituída no final dos anos 50. Estas construções nos mostram a possibilidade de se estar constituindo uma outra história da cidade, onde a presença do negro, não seria coadjuvante e as entidades negras assinaladas seriam a sua vanguarda, pois estariam presentes e atuantes desde sua fundação. É a tentativa de fazer nascer lugares de memória, como bem se definiu Pierre Nora:

O que os constitui é um jogo de memória e de história, uma interação dos dois fatores que leva a uma sobre determinação recíproca. Inicialmente, é preciso ter vontade de memória[...]. Na falta dessa intenção de memória os lugares de memória serão lugares de história. [...] Porque se é verdade que a razão fundamental de ser um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial - o ouro é a única memória do dinheiro - prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de sua ramificações.¹¹⁴

¹¹³ Folha de Londrina, 18 de agosto de 1953.

¹¹⁴ NORA, Pierre. Entre Mémoire e Histoire. *Les lieux de Mémoire : La République*. Paris : Gallimard/Centre National de Lettres, 1984, p XXXV.

4.3. Associação de Recreação Operária de Londrina –AROL, 1950-1970

No dia 15 de março de 1955, a Folha de Londrina na coluna “Ronda pela cidade”, apresentou a manchete: “*A Polícia continua espancando, batendo e escondendo*”. E continua a reportagem:

Pede-se uma providência da Promotoria, pois a família londrinense está nas mãos de certos tipos de policiais que rivalizam e superam em violência e selvageria, o índio do Araguaia e o negro do Congo.¹¹⁵

Outra reportagem do mesmo jornal no mesmo ano, na seção “Precisa-se”, proclama: “Precisa de cozinheira de cor branca para trabalhar em São Paulo. Exige-se referências. Tratar à rua...”¹¹⁶

Mais uma reportagem do referido jornal chama-nos a atenção. É uma reportagem do dia 13 de maio de 1960: *Anúncio: 13 de maio: 72 anos de libertação e integração:*

Londrina (AROL) comemorou condignamente o aniversário da Abolição da escravatura desfile e concentração popular na praça Primeiro de Maio .

Muito embora não fosse data considerada feriado, Londrina não deixou de comemorar, condignamente, 13 de maio. O programa cumprido foi o seguinte: às 8 horas hasteamento do pavilhão nacional, na Praça Marechal Floriano Peixoto, pelo prefeito Milton Meneses, em solenidade que contou com a presença do tiro de Guerra 163 e várias personalidades; as 9, desfile de motoristas sindicatos, escolas, fanfarras e operários em geral, com início na praça Getúlio Vargas, passando pela Av. Paraná e terminando na Praça Primeiro de Maio (Concha Acústica), onde usaram da palavra vários oradores, inclusive o chefe executivo municipal, o Sr. Aldo Fernandes, juiz

¹¹⁵ Folha de Londrina, 15 de março de 1955.

¹¹⁶ *Idem*, 08 de junho de 1955.

de Direito da Comarca, o General. Agostinho Pereira Alves, o ex -vereador Dionísio Kloster Sampaio e o médico Isac Brilman.

A Arol (Associação de Recreação de Londrina} pontificou o desfile nas comemorações com o apoio da Prefeitura e alguns estabelecimentos de ensino. A concentração popular, na Concha, pouca gente compareceu. Os oradores que se fizeram ouvir referiram-se, quase todos ao duplo significado da data no momento em que se verificam tantos entrechoques de fundamentos racistas em outras partes do globo.

Aqui no Brasil, felizmente a abolição da escravatura em 1888, encontrou eco, na moderna Lei Afonso Arinos, que consolidou a integração racial no país. Na realidade, o que dá força e expressão aos artigos da lei é a índole amistosa e fraterna do nosso povo, agindo naturalmente numa operação de simbiose social que é o melhor que há em todo o universo, em assunto de convivência entre homens de pigmentação diversa.¹¹⁷

Já observamos, neste e em outros capítulos, que no Brasil, o Estado interviu na construção de um tipo ideal de sociedade, baseado no princípio eugênico de miscigenação, tanto biológico quanto cultural, e desprezou qualquer tentativa de administrar as diferenças. A identidade nacional tornar-se uma arma para submeter as identidades diversas.

Nos anos 50 do século passado houve um “boom” populacional no Brasil e, para se ter uma idéia, a população paranaense nestes anos cresceu 72%, três vezes mais que a população brasileira, segundo o recenseamento populacional do IBGE de 1950. Igual crescimento teve a população de Londrina, se comparamos com a sua população nos anos de sua fundação, conforme Quadro 1.

No âmbito deste trabalho, é importante ressaltar que este crescimento populacional, ligado a um crescimento econômico decorrente de todas as transformações dos

¹¹⁷ Folha de Londrina, 13 de maio de 1960.

anos trinta, não rompeu com a exclusão sócio- econômica dos negros e índios.¹¹⁸ Criando, contudo a faceta economicista do mito da democracia racial os negros, mestiços e indígenas não têm acessibilidade às camadas médias e altas, somente por conta de suas históricas posições sócio -econômicas.

As reportagens jornalísticas da Folha de Londrina, já apresentadas, sem citar dados quantitativos, ilustram precisamente a situação apontada.

O primeiro artigo compara a violência policial na cidade à suposta selvageria dos índios do Araguaia e negros do Congo, mostrando um certo temor social pelo diverso, no caso o índio o negro não “civilizados” e construindo até um certo segregacionismo ao compará-los com a família tradicional de Londrina de índole cordial. Os policiais violentos se assemelham aqueles que a sociedade despreza, segrega e, de certo modo, teme. Entretanto, poderíamos conjecturar: ao especificar, que os negros violentos são do Congo e os índios do Araguaia, aqueles outros -civilizados - não são violentos, pois já estão integrados.

No mesmo ano (1955) na coluna “Precisa-se”, uma família “paulistana”, digamos de “posses”, necessita de uma cozinheira de cor branca. A palavra cozinha, nos remete à comida e imediatamente à higiene (limpeza), sinônimo no Brasil de “brancura”. Sem extrapolar (no sentido de ser um vício de linguagem), o texto reforça um preconceito sutil e já aponta para aspectos de exclusão econômica, onde o negro não pode exercer qualquer função empregatícia, por sua cor.

¹¹⁸ As observações aqui feitas estão baseadas nos dados do IPEA sobre desigualdades raciais no Brasil, projeto sob a coordenação de Ricardo Henriques de 2001.

O terceiro artigo da Folha de Londrina, serviria como uma síntese dos outros, pois é um relatório fiel das comemorações do 72º “aniversário” da abolição da escravatura, considerado como anos de “liberdade e integração”.

Logo no início do artigo, se enaltece o idealizador e realizador das comemorações, o prefeito. Apesar da data não ser um feriado oficial o prefeito “condignamente” lembrou-se de comemorá-la. O jornalista já havia praticamente justificado a atitude do prefeito, na manchete, ao lembrar o aspecto de que após a abolição houve uma integração dos negros na sociedade brasileira. É interessante, como a imprensa faz um duplo, em alguns casos, os jornalistas desnudam a vida cotidiana, da sociedade e, em outros, recuperam o discurso oficial. Lilia Moritz Schwarcz constata que no discurso oficial, especialmente pós 30, raramente aparece a questão do preconceito.¹¹⁹

A simbologia presente no programa da festa, relatado pelo jornalista, poderia figurar entre uma análise historiográfica sobre a trajetória do “povo” na história do Brasil; as comemorações começaram na Praça Floriano Peixoto (Presidente dos anos de consolidação da República brasileira), onde somente autoridades e o Tiro de Guerra participaram do hasteamento da bandeira nacional; o povo foi esquecido pelo jornalista ou parece que não participou. Logo a seguir, já aparece o “povo” no desfile de motoristas, escolas, fanfarras e operários, saindo da Praça Getúlio Vargas (observe a ligação das palavras, povo- operário - Getúlio), passando pela Avenida Paraná (centro da cidade) e terminando na Concha Acústica (Praça Primeiro de Maio), onde somente as autoridades usaram da palavra. O jornalista, reduz os participantes a mero coadjuvantes do evento, enquanto que a elite da cidade toma a cena e

¹¹⁹ SCHWACZ, Lilia M. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor, raça na intimidade. In. História da Vida Privada no Brasil., São Paulo: Companhia das Letras, 1998.v.4. p. 236.

torna-se seu personagem principal. Não seria este artigo uma reprodução fiel de discursos oficiais ou mesmo de certas tendências que limitaram ou até esconderam a participação popular de nossa história?

Na segunda parte do artigo, através da fala dos oradores é ressaltada a índole do povo brasileiro que conseguiu a proeza de harmonizar os homens de “pigmentação” diversa, sem conflitos como estava ocorrendo em outras partes do mundo. Guardadas as devidas proporções, é o coroamento do projeto harmônico iniciado na década de trinta e objeto de nossa análises.

Ressaltamos ainda, que careceria uma análise política mais profunda da cidade, que mostrasse a origem da preocupação do prefeito da época, Milton Meneses da UDN (União Democrática Nacional), com uma festa de cunho tão populista de sabor e de simbologias getulistas como fora esta comemoração. Inclusive, porque ele retornava ao executivo municipal; já havia sido prefeito, em uma legislatura anterior, a Antônio Fernandes Sobrinho do PSD, marcadamente de tendências populistas, que tinha imposto ao seu grupo naquela momento uma fragorosa derrota. Será que retornava Milton Meneses utilizando as mesmas armas do “inimigo”?

Logo após o anúncio do artigo, numa espécie de subtítulo, o jornalista da Folha de Londrina, entre parênteses confere à AROL a autoria da comemoração, num flagrante desmentido, como já observamos, pois a Prefeitura, juntamente com os representantes da elite, é o sujeito de toda a trama, na visão do jornalista. Entretanto, o leitor atento, deve ter se questionado sobre a relação entre o operariado e a abolição da escravatura. A comemoração com toda sua simbologia, inclusive tendo seu ápice na Praça Primeiro de

Maio e a maneira como o jornalista a descreve, leva-nos crer que é uma manifestação exclusivamente de operários, mesmo por que sua Associação, AROL - Associação Recreação Operária de Londrina se fazia presente.

Notamos que o artigo esconde a população negra das comemorações, através da categoria operário. O operário age como sendo aquele elemento, fruto da integração realizada pela índole “amistosa do nosso povo! e por leis anti-raciais, como a lei “Afonso Arinos”.¹²⁰ O Brasil aparece com um verdadeiro paraíso racial, “simbiose social” onde há uma convivência amistosa entre os homens de “pigmentação diversa”. É mais uma vez, a demonstração clara da consolidação do mito da democracia racial, em todas as suas vertentes e, principalmente, a utilização de uma categoria, essencialmente econômica (operariado), para justificar a criação de uma única identidade nacional.

O artigo, além de esconder o negro como pessoa, esconde sua possibilidade de organização, pois além de minimizar a participação da AROL nas comemorações, não a mostra como um movimento negro.

Três fotografias do desfile das comemorações do dia descrito pelo jornalista da Folha de Londrina, nos chamam atenção. Todas elas são de autor desconhecido e tem como cenário a Avenida Paraná. A primeira mostra duas mulheres negras carregando uma faixa com os seguintes dizeres: “*A Arol protesta contra a discriminação racial na África do Sul. Viva o Brasil. Salve 13 de maio e a Redentora Princesa Isabel*”. A outra fotografia mostra, igualmente, duas mulheres negras, também com uma faixa que traz o desenho de um negro

¹²⁰ Lilia M. Schwarcz. Nem preto nem branco: cor e raça na intimidade, op. cit., p. 209, ao fazer a interpretação da Lei constata que, “*ao punir o preconceito, acaba por formalizá-lo*”.

com as mão para o alto se soltando das algemas e num canto, à direita, um desenho menor da princesa Isabel, assinando a Lei Áurea,¹²¹ com ao seguintes dizeres: “Arol: pelos povos livres sem preconceito”. No fundo, carros (decerto, aqueles do desfile relatado pelo jornalista). E uma terceira foto, mostra crianças negras e brancas, carregando igualmente uma faixa, mostrando os estudantes da “Escola da Arol”.



Desfile na Avenida Paraná. Nas faixas de protesto contra a discriminação racial na África do sul, os louvores da Princesa Isabel no Brasil – 13 de Maio de 1960.

¹²¹ A gravura de um negro com as mãos para o alto, aparece em diversas fotos da entidade; encontramos-na, também, em alguns jornais paulistanos negros da época. Cf. por exemplo, FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*, op. cit., pp. 85-86.



Desfile na Avenida Paraná.
Nas faixas de protesto contra a discriminação racial na África do Sul, os louvores da Princesa Isabel no Brasil, 13 de Maio de 1961



Comissão de frente da escola primária da AROL, a integração infantil. Na foto Dr. Oscar nascimento segura a mão de uma das crianças.

Afinal de contas o que era a AROL ? Um clube de negros ou de operários?

Pela quantidade de pessoas negras, colhidas pelo fotógrafo, poderíamos admitir que era um clube negro. Mesmo por que as “faixas” traziam palavras de ordem contra a discriminação racial na África e enalteciam a figura da “redentora”. Contudo, trazia a seguinte advertência, lutamos, “pelos povos livres, sem preconceito”. Todos os povos? Inclusive o nosso? Aí, existe um jogo sutil de palavras, apesar da indicação de que se protestava contra o “apartheid” na África do Sul, e a figura da Princesa a mostrar que isto não mais existia no Brasil, poder-se-ia afirmar, correndo mais uma vez o risco de extrapolarmos, que ainda se lutava contra o preconceito no Brasil e que o negro representado pelo desenho pretendia libertar-se das algemas da exclusão também no Brasil.

É um dos recados dados pela AROL no desfile, o outro, mostrava que a inclusão poderia se efetivar, sobretudo, pela conscientização cultural, daí o orgulho da AROL em apresentar nas ruas da cidade sua escola, as crianças do futuro.

As fotografias refletem o que era a AROL, e o que a sua liderança pensava. Ou seja, sua identidade e natureza, estrategicamente, figurava entre negros e operários. E seus objetivos entre a negociação e a resistência.

Novamente utilizamos do depoimento de Oscar Nascimento para responder ao questionamento e mostrar esta dupla natureza da AROL: ¹²²

A Arol, foi fundada tendo já como base a Sociedade Recreativa Princesa Isabel, e aí ela ampliou-se mais, pois tinha uma sede, na época era o prefeito

¹²² Depoimento de Oscar Nascimento.

Antonio Fernandes Sobrinho, que era muito ligado às causas populares do negro e ele achou que Londrina, deveria ter um, clube mais popular, para as pessoas mais humildes, mesmo por que [...] tínhamos o Country Club, a associação dos japoneses, a ACEL, dos alemães, a AREL, e não tinha um Clube propriamente para pessoas mais humildes. Então Manoel Cipriano, que tinha muito prestígio junto à Companhia Melhoramentos, conseguiu madeira e muitas coisas para construir uma sede.

Segundo o Estatuto da AROL, a Associação de Recreação Operária de Londrina, foi constituída em 15 de novembro de 1957 e, entre outros objetivos, tinha o de *“empenhar todos os recursos para manter a união da classe operária.”* Em seu artigo 4º. permite a participação de *“qualquer pessoa independente de cor, política ou religião e sem preconceito de cor ou raça.”*

Embaralhando todos estes dados, chegamos à hipótese de que a liderança mais antiga da Sociedade Princesa Isabel, ao perceber a disposição do poder público em auxiliar na construção de uma sede e até aventar a possibilidade da doação temporária de um terreno, e de demais benefícios para a entidade, se mostrou disposta a transformá-la em uma sociedade de operários tornando-a, mais abrangente, para atender os interesses populistas do prefeito, em *“agradar”*, segregar e disciplinar as camadas mais *“humildes”* da população. Porém, a liderança mais nova, simplesmente aderiu à idéia, pois já era fruto de uma sociedade marcadamente assimilacionista. Em uma entrevista feita para um projeto cultural na cidade, um dos participantes da AROL daquela época, afirma, categoricamente, que uma das razões do *“clube”* ter acabado, foi porque Cypriano Manoel, *“voltou”* o clube para a raça negra e o que predomina no Brasil *“é a raça brasileira”*, além do que, a *“raça negra”* não se destaca pela parte financeira” e ainda diz que *“o Sr . Manoel, era meio sozinho, e sua diretoria era pequena e vivia em função dele e do Dr. Oscar Nascimento”*.¹²³

¹²³ Entrevista com o Sr. Afonso Vítor de Oliveira, em 12/08/1993, In: Projeto Manoel Cypriano, op. cit.

A sede da AROL foi construída num bairro popular da cidade, chamado Vila Nova. Desde o início a Vila Nova foi ocupado por uma população de baixo poder aquisitivo, sendo muitos, operários da própria CTNP.¹²⁴

A doação temporária do terreno e o incentivo para a construção nesta localidade, talvez faça parte de um projeto capitalista maior, observado por Lefebvre, no sentido de que: *“o modo de produção capitalista impõe unidade repressiva (estatal) a separação (segregação) generalizada dos grupos, das funções, dos lugares”*.¹²⁵

Percebemos a interferência do executivo municipal na constituição de uma unidade no próprio espaço habitacional e que incorporasse as camadas populares afastadas das agremiações de elite da cidade. E é nestes anos que a maioria delas também estão sendo constituídas: Grêmio Literário Londrinense (1942), Londrina Country Club (1946), Associação Recreativa e Esportiva de Londrina- AREL (1951), Iat Club de Londrina (1952), Associação Esportiva e Cultural de Londrina (1955), como bem é lembrado por Oscar Nascimento em seu depoimento.

Outro aspecto a ser ressaltado é o imbricamento desta associação com os diversos sindicatos operários da cidade, uma vez que a sua sede era constantemente utilizada por eles e consta que seus sócios também eram sócios da AROL. O estatuto da associação regravava este relacionamento, muitas vezes franqueando sua sede para reuniões. Uma fotografia de um homem negro carregando sacos de café, de autor desconhecido, pertencente ao arquivo

¹²⁴ Cf. QUÍCOLI, Paulo Sérgio, op. cit., pp.36-38.

de Oscar Nascimento seria, segundo seu depoimento, de um sócio da Arol. Os carregadores e ensacadores de café, organizaram em Londrina um atuante sindicato, a ponto de, em um documentário sobre a cidade, os únicos negros constantes serem um pastor protestante e o presidente deste sindicato.¹²⁶ A fotografia parece sair dos quadros do modernista brasileiro Cândido Portinari, e marca a fase de punjança do café, em Londrina.



O Café – De Cândido Portinari



Associado da AROL

A Escola da AROL, constituída nos padrões curriculares municipais, onde as professoras e as assistentes sociais eram brancas e pagas pela Prefeitura Municipal de Londrina, era mais um instrumento integracionista, do que propriamente de conscientização identitária negra, como pretende a memória dos depoentes negros. A primeira lei brasileira a estabelecer as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, foi a Lei n. 4024 de 20 de dezembro de 1961 que, havia sido discutida durante quinze longos anos pelo Congresso Nacional. O que nos interessa é que ela reforçava o princípio da Carta Constitucional de 1946, como sendo a educação um direito de todos e discutiu amplamente a interferência do Estado na educação. Porém, enquanto não foi promulgada, a educação foi regida pelas leis do período getulista,

¹²⁵ LEFEBVRE, Henri. *O pensamento marxista e a cidade*. Trad. Portuguesa. Pova de Varzim, Portugal: Ulisséia, 1972, p. 172.

¹²⁶ O pastor em questão é o senhor Jonas Dias Martins, fundador de diversas igrejas na região e do Instituto Filadélfia de Londrina, chegou em Londrina em 1946, vindo do interior paulista. Foi um dos únicos negros que

baseadas no controle, supervisão e fiscalização para a reconstrução nacional e, conseqüentemente, pela gestação de uma identidade nacional.¹²⁷

Uma outra fotografia de 1960, que traz ao fundo a fachada externa da AROL, mostra o tamanho e a beleza arquitetônica do prédio. Segundo Oscar Nascimento, os materiais para sua construção foram doados pela CMNP¹²⁸ e pelo Aero clube de Londrina, através da Prefeitura Municipal. Na época da doação, o prefeito teve uma pendenga com diversos setores da sociedade que pretendiam a doação dos materiais para a construção do Corpo de Bombeiros, no que parece esse material foi, igualmente repartido.¹²⁹

Ainda com referência a fotografia, notamos que era uma festividade escolar e nos chama atenção, ao lado esquerdo da foto, de chapéu, o próprio Cypriano Manoel e do lado direito Oscar Nascimento. As crianças estão perfiladas e as que estão à frente, bem trajadas são, em sua maioria, brancas. Alguns pais, convidados para festividade, observam a professora separada, no canto direito e à frente. Quero salientar, que a foto congela um instante do cotidiano escolar festivo, mas revelador de uma certa integração do negro - camadas subalternas, ou seja, a integração realmente possível em uma sociedade desigual cultural e economicamente.

recebeu a outorga de título de “cidadão honorário da cidade”. O presidente do Sindicato era Francisco Evangelista. O documentário, de 1978, é de autoria de Elias Maschio e Jorge Elias.

¹²⁷ Ver PILETTI, Cláudio & PILETTI, Claudino. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Ática, 1986.

¹²⁸ Cf. SANTOS, Rubens Rodrigues dos, op. cit., p. 97, a CTNP foi vendida, em 1944, a seus acionários paulistas – Gastão de Mesquita Filho e Gastão Vidigal – e, com nova razão jurídica, passou a denominar-se Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Também, cumpre salientar que a maioria das construções em Londrina na época era de madeira, segundo dados da Comissão de Desenvolvimento Municipal colhidos em 1965.

¹²⁹ Depoimento de Oscar Nascimento, op. cit.



Ao centro a professora Maria Aparecida da Luz Ferreira, de chapéu, Cipriano Manoel (Lado Esquerdo)

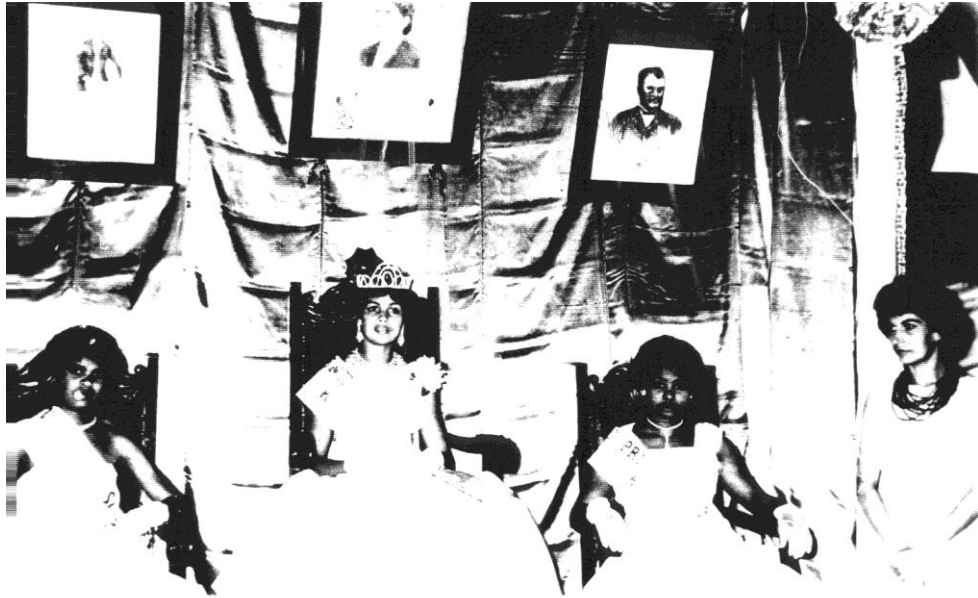
Outro aspecto a ser considerado em relação à AROL é o recreativo da entidade. Reconhecidamente, seus bailes, concursos de beleza, a constituição da primeira escola de samba de Londrina ficaram na memória de muitos londrinenses daquela época. Ver fotos à seguir:



Reunião festiva da AROL



Santina Pereira no momento em que recebia a faixa de rainha das mãos de Maria de Souza Melo sob os olhares do prefeito Antonio Fernandes Sobrinho e de sua mulher



A rainha e princesa da AROL tendo ao lado a primeira dama do município, Terezinha Fernandes

Segundo o depoimento de Neuza Patrocínio, que pertencia a um núcleo familiar negro de mais de cem pessoas, todas, na década de 60, moradoras da Vila Nova, comenta que:

[...] as famílias freqüentavam a Igreja da paróquia, sem que houvessem separações, tanto que a maior e melhor recordação é que havia mais união na vida social e religiosa. A maior concentração das famílias ocorria no mês de maio, época em que rezavam terços na casa e os jovens faziam brincadeiras nas portas das casas até altas horas. As meninas - moças que freqüentavam a Arol, devido a imposição da época, apenas participavam das festas de família.¹³⁰

Colhemos outros dois depoimentos, de pessoas brancas que moravam nas redondezas da AROL todos de famílias com um poder aquisitivo médio, geralmente descendentes de imigrantes, cujos pais não permitiam que suas filhas freqüentassem um clube

¹³⁰ Este depoimento foi colhido em 1988, pelo Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Estadual de Londrina.

negro. Uma das depoentes, que não quis se identificar, dizia que ficava espiando pela janela o movimento e tinha medo das negras, pois usavam penteados altos. Porém, todos se trajavam com muita elegância.¹³¹

Oscar Nascimento relatou que nos anos 60, foi realizado um concurso de confraternização, onde todas as rainhas dos clubes da cidade participaram, inclusive a miss Londrina, pertencente ao Country Club, tradicional reduto da elite londrinense. Apurados os votos a miss AROL, negra, venceu o concurso, composto por maioria de jurados brancos e segundo ele:

[...] para não ficar feio, foi chamada a diretoria da AROL para que dissesse que houve um empate, para não ficar desprestigiada a miss Londrina; seria muito desagradável a moça, perder para uma [...] uma candidata de um clube humilde.¹³²

A AROL gravitou entre a resistência e assimilação, utilizou-se de todos os espaços possíveis para impor a necessidade de afirmação do negro.

Estes pequenos retalhos da vida cotidiana, como a do relato acima, que permaneceu na memória de sua liderança, no presente, com certeza, na época, imprimiu no negro a demonstração de que preconceito e discriminação é uma situação gestada, no caso brasileiro nas relações cotidianas.

¹³¹ As duas pessoas concederam seus depoimentos em março de 2001. Eram filhas de imigrantes espanhóis, tinham suas residências próximas à AROL. A primeira que relatou o episódio, contava, na época, com 14 anos. A segunda depoente, do sexo masculino, que freqüentava alguns bailes da AROL afirma que havia algumas mesas reservadas aos líderes da AROL e muitas negras não dançavam com brancos. Ambos comentaram que havia algumas brigas nos fins dos bailes, já de madrugada, mas nunca se chamou a polícia.

¹³² Depoimento de Oscar Nascimento, op. cit..

A liderança negra da época representada nos depoimentos colhidos para esta pesquisa, ressaltam, em diversos momentos, a necessidade do negro superar os obstáculos, por meio do trabalho, estudo e competência; ou seja, muito mais de atitudes assimilacionistas do que de contestação, apesar da prática mostrar, muitas vezes, o contrário.

A fotografia do parque de diversões da AROL é a imagem escolhida para fixarmos o que estamos querendo dizer. Nelas percebemos crianças brancas brincando com crianças negras, superando juntas os obstáculos traçados pela existência do cotidiano. Porém, a imagem é uma brincadeira de crianças, já que a propalada harmonia racial é uma falácia no Brasil.



Escorregador do parque da AROL, integração racial?

E também estamos certos que o mito da democracia racial, criado pela intelectuais dos anos 30, consolidado nos anos seguintes e desconstruído por alguns intelectuais nos anos 50 e 60, mesmo em cidades onde a população negra é inferior numericamente à branca, parece que ganhou os terrenos do espaço cotidiano. E, ainda o que

estamos tentando mostrar não é somente, o que “mito” esconde, outros tantos já o fizeram, mas no que ele afirma, ou seja, na sua significação na realidade brasileira, especialmente na cidade de Londrina. Parafrazeando Lilia M. Schwarcz:

A oportunidade do mito se mantém, para além de sua desconstrução racional, o que faz com que no Brasil, mesmo aceitando-se o preconceito, a idéia de harmonia racial se imponha aos dados é a própria consciência de discriminação.¹³³

Utilizando, ainda, da análise da antropóloga, ao referir-se à questão apontada, também concordamos com Marshall Sahlins de que *“o mito tenha virado história e a história realidade, ou melhor quem sabe a história não passe de uma metáfora”*.¹³⁴

A partir de 1963, a AROL passa por um longo processo de desagregação. Com a morte de Cypriano Manoel, o fechamento da Escola, a falta de apoio dos setores públicos, as políticas autoritárias do período ditatorial que se segue, a agonizam até o seu fim ser definitivamente selado em 1981, quando o prefeito Antônio Belinati, doa o terreno onde estava construída sua sede à uma Igreja evangélica.¹³⁵

4.4. Do MUCOM ao Conselho Municipal do Negro: 1980- 1990

¹³³ Cf. SCHWARCZ, Lilia M. Nem branco nem preto, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. op. cit., p. 237.

¹³⁴ *Apud Idem. Ibidem*, p. 237

Nos anos finais da década de 60 e na primeira metade do anos 70, períodos marcados pela repressão da Ditadura Militar (1964-1985), não percebemos a atuação e articulação movimentos negros em Londrina.

No capítulo anterior, apontamos que no :final dos anos 70, há a emergência de "novos" movimentos sociais no Brasil.

Os movimentos negros, neste momento, passam a ter como objetivo, a formação de uma identidade racial negra, reinterpretados pelo ideário multiculturalista, em que revaloriza a herança africana, procurando desvencilhá-la das adaptações e dos sincretismos com a cultura nacional brasileira e contra as desigualdades raciais. Passa-se, a combater uma estrutura injusta de distribuição de riquezas, prestígio e poder entre negros e brancos., o que irá desembocar nas reivindicações de políticas corretivas, compensatórias ou afirmativas para a população negra do início do nosso século.¹³⁶

Em Londrina, o primeiro movimento negro nascido nas esteiras, destes movimentos negros nacionais foi o MUCON .

O Movimento de União e Consciência Negra, surgiu em 1985, liderado por alguns estudantes negros da Universidade Estadual de Londrina, assinala Idalto José de Almeida, Valmir Carlos Trindade e João Lino e Sônia Pinheiro, que vinham debatendo a

¹³⁵ Dados fornecidos por Oscar Nascimento e contidos no Projeto Manoel Cypriano, op. cit.

¹³⁶ GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: Ed. 34, 1999, pp. 21-220.

questão racial do país, juntamente com a Pastoral da Juventude da Igreja Católica, liderado por Maria José Barbosa.¹³⁷

Segundo o depoimento de Idalto José de Almeida, as primeiras discussões sobre a formação de um movimento negro na cidade, foram organizadas, propriamente, na Pastoral da Juventude. Fundou-se, inclusive, uma Pastoral Negra de duração efêmera e que foi suporte para a criação do Grupo de União e Consciência Negra.¹³⁸

Esta vinculação inicial com as pastorais foi rompida pelo grupo que passou a se denominar MUCON - Movimento de União e Consciência Negra.¹³⁹ O movimento imediatamente, amalgamou-se ao MNU, através de um grupo de Curitiba, do qual recebia materiais para suas discussões.¹⁴⁰ O depoimento de seu presidente, dá-nos a dimensão de quem eram seus participantes e inclusive, o que pretendiam iniciante :

[...] desde quando a gente começou o movimento negro, a gente tinha sempre essa discussão de que muito dos nossos colegas, são negros, faz um mês, faz uma ano ...a gente começou vindo da pastoral da juventude e tinha uns que foram para a Universidade, e outros para a discussão nos meios específicos e não tinha jeito das pessoas não incentivarem a gente para entrar no movimento negro, ou seja no meio específico[...] Todo esse processo foi de a gente se assumir como negro.¹⁴¹

Torna-se, impressionante, como um dos objetivos do movimento negro em nível nacional, gestado em grandes cidades brasileiras, alcança um pequeno grupo de negros em uma cidade de médio porte do interior-sul do país. Talvez, fosse importante um estudo de

¹³⁷ Depoimento de Idalto José de Almeida a José Donizetti Brandino de Oliveira, em dezembro de 2001. Ver também Projeto Manoel Cypriano, op. cit. e Boletim do NEAA-UEL, 1988 [mimeografado].

¹³⁸ Depoimento de Idalto José de Almeida.

¹³⁹No depoimento, Idalto, ao comentar o rompimento seu e de outros negros militantes com as pastorais, salienta que, já naquele momento com o Candoblé, pois, além *“dos laços históricos africanos, era uma religião baseada em princípios menos rígidos em relação ao bem e o mal”*.

¹⁴⁰ Boletim do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos da UEL, op. cit.

¹⁴¹ Depoimento de Idalto José de Almeida.

maior profundidade sobre o alcance destes movimentos de início via pastorais católicas e depois de suas filiais, articuladas nas capitais dos Estados brasileiros nesta época. De igual importância é ressaltar como tal objetivo vai transformando a vida destes participantes fazendo-os se assumirem como negro e como lembra o próprio Idalto no seu depoimento:

[...] grande parte das negros até hoje, e naquela época também, não se sentia negro, não existia esta identidade, então o primeiro momento do movimento negro é o resgate [...]. Aí começa a paixão pela cultura, conhecimento sobre as artes [...]. Essa idéia do consciência negra era como uma luva aqui em Londrina. Era preciso se conscientizar enquanto negro. Era um regaste mesmo, buscar a origem, descobrir que a gente tem religião, o que é a religião afro, o que é o candomblé, a umbanda, o que significa a capoeira, uma realidade difícil, pois você já é adulto.¹⁴²

Refletindo sobre o depoimento, poderíamos construir a hipótese, de que o Mucon se via como um movimento gestador da consciência negra em Londrina e reconhecia que os negros tiveram uma história de luta na cidade, até mesmo porque tomaram várias atitudes no sentido de resgatá-la para a constituição identitária,¹⁴³ e mesmo admitiam em suas hostes a participação de líderes do passado. Oscar Nascimento era advogado do movimento¹⁴⁴. Porém, tinham a idéia de que estes movimentos foram esmagados pelo assimilacionismo. A luta, no momento, era pelo resgate da identidade negra e não somente contra a segregação, discriminação e recuperação da auto-estima, como no passado, assinala o depoente. E mais, era uma luta política contra a desigualdade racial como já assinalamos.

A simbologia destes movimentos denominados de consciência negra recriaram como herói nacional negro, o Zumbi dos Palmares e a data da destruição definitiva do Quilombo dos Palmares passa a ser, no Brasil, a comemoração do dia da consciência negra (20 de novembro). Notamos que os movimentos das décadas de 1940 até 1950, traziam,

¹⁴² Depoimento de Idalto José de Almeida.

¹⁴³ Fizeram manifestações pelo tombamento histórico da sede da AROL, segundo o depoimento da Idalto José de Almeida. O próprio Idalto fez o Projeto Manoel Cypriano, de resgate histórico.

como heróis do povo negro a Princesa Isabel e o dia 13 de maio era intensamente comemorado. Em Londrina, tanto a sociedade que recebia o nome da “redentora” como a AROL a utilizava como símbolo de libertação, inclusive em várias fotografias já analisadas. Como já referimos, a mudança de objetivo, faz com que os grupos mudem suas maneiras de se representarem.

Dois episódios, ilustram como MUCON, utiliza-se da simbologia dos heróis negros de Palmares na cidade. Primeiro, o Mucom não tinha sede, então se criou um Bar, na região central da cidade, ¹⁴⁴, denominado “Zumbi”, que se tornou ponto de reuniões do movimento, como assinala Idalto, em seu depoimento:

Eu montei um bar e o nosso bar chamava-se Bar Zumbi; quando a gente colocou esse nome, até colegas nossos da Faculdade estranharam, bar com nome de alma penada. Então acho que ali, a gente estava contribuindo para quebrar, no inconsciente das pessoas, a resistência por toda essa cultura. A descoberta por Zumbi, fez que as pessoas tivessem que conhecê-lo até pelo próprio nome [...]. O Zumbi bar, foi um grande quilombo aqui em Londrina, não era um bar comercial, mas uma manifestação cultural. [...] usava-se o dinheiro do bar para bancar nossa militância.

O nosso depoente, também lembrou que o Bar passou a ser sede da militância da esquerda, em Londrina. Percebe-se, assim, uma profunda ligação das questões políticas com as questões relacionadas à desigualdade racial. Ao nosso ver, parece uma descoberta em nível local, o que vinha acontecendo em nível nacional; ou seja, a esquerda

¹⁴⁴ Folha de Londrina, 14/05/1986. O título do artigo é: “Negros tem advogado para protegê-los do racismo.”

¹⁴⁴ O primeiro local onde foi montado o Bar ficava na rua Pernambuco, depois transferido para a rua Hugo Cabral, ruas centrais da cidade. Ficou, bastante conhecido na década de 1980, principalmente no meio acadêmico. Lembro que na época, os universitários dos cursos de tradição conservadora da UEL, evitavam freqüentá-lo, como era o caso dos estudantes do Curso de Direito-Matutino.

percebendo o potencial “revolucionário” do negro e o negro saindo de seu gueto de lutas pessoais para aderir às lutas partidárias:¹⁴⁵

[...] além de ser um bar do movimento negro, passou a ser um bar da esquerda em Londrina; por vários momentos, nós tínhamos a mesa do pessoal do movimento negro, do pessoal de oposição ao sindicato dos bancários, tinha a mesa do sindicato da saúde, e muitas das disputas eleitorais que aconteceram em Londrina, a campanha saía do próprio bar à noite [...]. O bar passou a ser um referencial político-social e até me lembro de uma peça teatral de um amigo meu que dizia, “quer acabar com os comunistas em Londrina, é só jogar uma bomba em cima do Zumbi.” Não era bem comunista, tinha gente da esquerda em geral, especialmente do PT. A gente tinha uma visão socialista, já estava partindo da luta de classes e na divisão capital trabalho e nós estávamos aí no trabalho.¹⁴⁶

Outro episódio marcante na memória do movimento negro em Londrina e da própria cidade, na época, pois amplamente divulgada pela imprensa, foi a campanha do MUCON, para mudar o nome de uma rua central da cidade, de Jorge Velho - bandeirante que destruiu o Quilombo dos Palmares -, para Zumbi dos Palmares - o herói negro. Fizeram-se passeatas, passou-se abaixo-assinados entre os moradores, conseguiu-se, enfim, apresentar um projeto na Câmara dos Vereadores em 1986; um ano após, foi negado sem maiores considerações.¹⁴⁷ Aliás, no ano de 1988, ainda se falava do “acerto de contas entre Jorge velho e Zumbi dos Palmares”, em Londrina.¹⁴⁸ Ainda no ano de 1987, na Câmara de Vereadores tramitou um requerimento do vereador Tadeu Felismino, pedindo um título de cidadão honorário do município, a Oscar Nascimento, o que também foi negado. E daí o MUCON,

¹⁴⁵ Ver CARDOSO, Hamilton. História recente: dez anos de movimento negro. In: *Teoria e Debate – Sociedade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, n. 2, mar. De 1988.

¹⁴⁶ A questão partidária e socialista está presente em todo o movimento; aliás, como já observamos, é uma das características de muitos destes “novos movimento”. Os principais líderes do movimento pertenciam ao PT, sendo, inclusive, fundadores do partido na cidade.

¹⁴⁷ O projeto é de autoria do vereador Carlos Kita e outros, é de número 20/86 de 14 de maio de 1986 e foi retirado de pauta em 16 de agosto de 1987, após um substitutivo do qual foi relator Tadeu Felismino que trocava Zumbi dos Palmares do início do projeto por Quilombo dos Palmares.

¹⁴⁸ A expressão grifada é o título de um artigo da Folha de Londrina de 13 de maio de 1988, constante em um caderno especial sobre os 100 anos da abolição da escravidão.

com outras entidades lhe conferiam um título simbólico no calçadão central da cidade.¹⁴⁹ Este último episódio, mostra a resistência de um legislativo conservador, em todo momento, tentando obstaculizar as lutas populares. É interessante, no depoimento sobre a negativa do título de cidadão prestante, que Oscar Nascimento, de forma irônica, lembra que se o número dos telefonemas recebidos dos vereadores lamentando a situação, fossem computados no dia da votação, teria ganhado o título com maioria dos votos. Florestan Fernandes,¹⁵⁰ em 1972, observava a existência de uma forma particular de racismo no Brasil, “*um preconceito de não ter preconceito*”. Ou seja, a tendência do brasileiro continuar discriminando, apesar de considerar tal atitude ultrajante (para quem sofre) e degradante (para quem pratica). Outro episódio, igualmente importante na história do MUCON, em Londrina, foi quando a polícia militar assassinou um capoeirista negro, sob tortura na prisão, alegando desacato de autoridade e o MUCON, providenciou o enterro, feito em forma de passeata-protesto pelas principais ruas da cidade.¹⁵¹ Não encontramos referência sobre o fato, na imprensa. Resquícios de censura, ainda ano de 1986? Ou, aquele autoritarismo socialmente implantado, que referimos no segundo capítulo, tanto dos policiais, como da própria imprensa?

O MUCON, na tentativa de resgate cultural da identidade negra, promovia todo ano a Semana Zumbi dos Palmares. Em 1993, por meio de um ofício ao Núcleo Regional de Ensino de Londrina, o MUCON informa uma programação da semana que foi repassada às escolas da rede estadual de Ensino, um dos últimos eventos da entidade. Eram atividades

¹⁴⁹ A informação consta do depoimento de Oscar Nascimento, que até hoje, com orgulho, guarda a placa de bronze que ganhou no dia. A imprensa, mais uma vez foi omissa. O projeto é de nº32/87 de 21 de abril de 1987 e foi negado em 4 de maio do mesmo ano. No ano de 1988 o MUCON, também concede ao negro mais velho de Londrina, um título em praça pública, segundo a Folha de Londrina de 11/05/1988. É interessante a reportagem, pois o personagem que veio de Minas Gerais, tinha terras e era possuidor de escravos antes da Lei Áurea e segundo a jornalista “não gostava de falar da escravidão.”

¹⁵⁰ FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: DIFEL, 1972, p. 23.

¹⁵¹ Depoimento de Idalto José de Almeida. Em 1986, os principais líderes do Grupo de Consciência Negra, foram presos quando saíam do Bar Zumbi, o motivo alegado pelos policiais foi embriaguez e desacato à autoridade, no entanto, este episódio foi divulgado pela Folha de Londrina de 24/05/86.

esportivas, recreativas e culturais.. Houve exposição de vestimentas, penteados, quadros, livros africanos, palestras sobre a condição social do negro, painéis de debate, entre outras atividades.¹⁵²

Ainda, nos anos 80, do próprio MUCON, surgem outros movimentos negros, como o MECAB (Movimento e Estudo da Cultura Afro-Brasileira) mais ligado às questões de preservação da cultura negra. Criada pelo artista plástico londrinense Agenor Evangelista, que era diretor cultural do MUCON. Neste momento, funda-se, na Universidade Estadual de Londrina, o Núcleo de Estudos Afro -Asiáticos.¹⁵³

Em 1990, constatamos também a presença de um movimento negro evangélico pertencente, à Igreja Metodista Wesleyana – UNEL – (União Negra Evangélica de Londrina), liderada pelo pastor Paulo Roberto da Silva. Numa entrevista pastor comentava na época, que :

A maior dificuldade encontrada pela Unel é o fato de o negro evangélico ser muito preso aos dogmas religiosos, o que o torna acomodado. Esta acomodação faz com que o negro deixe de lutar contra a discriminação racial, acreditando que tudo se resolve pela paz espiritual.¹⁵⁴

A fala do pastor-presidente da entidade, trás a tônica destes “novos” movimentos, ou seja, da constatação de uma realidade desigual, mas mostra a dificuldade de mobilização dentro do cristianismo, como já havia experimentado a liderança do MUCON .

¹⁵² Ofício Circular 46/93 – Equipe de Ensino do Núcleo Regional de Ensino de Londrina. Também percebemos desde que foi criado, o MUCON, organiza tais festividades e aproveita para expor suas idéias na imprensa, de igual maneira ocorre em no dia 13 de maio. Conf. Folha de Londrina:10/05 /1988; 28-30/04 /1990;02/10/1990;9/11/1990;12/05/1991;28/04/1992 e 20/11/1992.

¹⁵³ Os dados sobre o MRCAB estão no *Projeto Cypriano Manoel*, op. cit., e *Boletim do NEAA-UEL*. O NEAA-UEL, foi fundado em 13 de agosto de 1985, pelo Ato Executivo 764/85 e tem se destacado no sentido de divulgar a cultura dos povos africanos e asiáticos na cidade e região.

¹⁵⁴ Depoimento concedido ao NEAA- UEL, em 1990.

Torna-se importante destacar, uma outra associação, onde tem predominado a população negra - ASSOCISAMBA -, ou seja, a associação de escolas de samba de Londrina, criada em 1989.¹⁵⁵

Preferi, neste momento da pesquisa, descrever estes últimos grupos, sem analisá-los amiúde, porque tais movimentos ou foram momentâneos, ou seja de curta duração, representaram um número pequeno de participantes ou ainda, sua causa tem caráter particular. Mostram, porém, uma tendência dos movimentos negros no Brasil e em Londrina da década de 1990, de se automatizarem, perdendo caráter universalista, como era o MUCON e até mesmo a própria “Princesa Isabel” e AROL.

Em análises recentes, notou-se que os movimentos sociais populares da década de 1970 e 1980, agentes de grandes impactos sobre a sociedade brasileira que vivia a ressaca dos anos autoritários do período ditatorial, entrou em descenso nos anos 1990.

Algumas análises pessimistas apontam para o fracasso do projeto político destes movimentos. Outras, no entanto, dos quais comungamos, entenderam que a experiências destes anos, somadas à algumas conquistas e “decepções” democráticas, formaram uma nova cultura política.¹⁵⁶

E como bem ensina, Maria Célia Paoli:

¹⁵⁵ Depois da AROL, percebe-se uma movimentação da população negra de Londrina em torno do Carnaval.

¹⁵⁶ DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimento sociais e participação política no Brasil* p. 70. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1995.

Creio que se poderia dizer que está se configurando, no Brasil de hoje uma luta em torno de uma cultura política modificada, cujo os sinais mais visíveis estão menos em sua enunciação como tal e mais no fato de os temas da cidadania estarem informando a indignação da opinião pública [...].

O fato novo é portanto, que se desvanecem as esperanças depositadas em um “bom Estado” e em uma encarnação pessoal da nação que garanta sua visibilidade. Não apenas o julgamento do poder que se desloca; mas também se interroga sobre os padrões de sociabilidade política praticados no modo como se partilha a cidade, no modo como se negociam as relações de trabalho, no modo como resolvem os conflitos no campo, na insuportável fluidez dos limites entre violência, solidariedade civilidade que constituem as relações cotidianas do país.¹⁵⁷

Também convém salientar as contribuições significativas incorporadas na versão final da Constituição de 1988. Especialmente, no Título II – “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, onde foram eliminados certos limites para a organização popular e reconhecidos “novos sujeitos de direito”. O artigo 204, inciso II *“prevê a participação população, por meio de organizações representativas, na formulação de políticas de controle de ações de todos os níveis”*. É óbvio, que tais conquistas foram imprimidas no texto constitucional, através de uma ampla negociação (primeira vez na história de uma Constituinte no Brasil), entre importantes setores da camada popular e civil com os setores da elite.

Prolifera-se, ainda e de forma permanente, a participação da população em conselhos populares em diversas administrações municipais.

Em Londrina, no ano de 1996, foi votada na Câmara Municipal a Lei n°. 6587, que dispõe sobre a formação de um Conselho Municipal de Apoio à Comunidade Negra. E, em 1999, cria-se o Conselho Municipal propriamente dito, vislumbrando em sua liderança uma outra geração de negros que não estavam intimamente ligados às organizações anteriores.

Celene Tonela e Carla Almeida Silva, ao comentar a experiência destes conselhos municipais, enxergam como sendo uma predisposição na partilha do poder e maior distribuição de responsabilidades sobre a gestão da coisa pública:

Trata-se, então, de uma democracia semi-direta ou democracia participativa, ou ainda, parece instalar aquilo que Habermas chama de soberania popular descentralizada e pluralizada.¹⁵⁸

O interesse do Conselho Municipal para Comunidade Negra em Londrina, parece ser a de tentar unificar a causa negra sem interferir nas peculiaridades dos grupos negros e assim galgar os espaços pretendidos na órbita do poder público e na própria sociedade.

CONCLUSÃO

Trata-se de conferir aos excluídos da história sua voz e portanto, seu papel (Carlo Ginzburg).

¹⁵⁷ PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais: cidadania e espaço público – ano 90. *Humanidades*. Brasília, DF: UnB, 4 (8): 1990, p. 499.

¹⁵⁸ TONELA, Celene & SILVA, Carla. Contribuição dos movimentos sociais para a construção da democracia no Brasil. *Paper* apresentado no *I Fórum de Pesquisa do* - Programa Associado de Pós Graduação UEM/UEL –Mestrado em História Social, em dezembro de 2000.

A constante exposição sobre as desigualdades sociais, amalgamadas com as raciais no país – qualquer censo demográfico, sócio- econômico demonstra isto -, nos envolveu em um projeto de compreensão da participação do negro na História do Brasil.

Cientes das dificuldades freqüentemente enfrentadas pelos pesquisadores dessa questão e das preocupações metodológicas sugeridas pelas vertentes historiográficas mais recentes de temas correlatos, optamos, inicialmente, por fazer um balanço de como certas correntes sócio historiográficas, perceberam a participação do negro na escravidão e em seu período posterior, com o intuito de buscar o mito da democracia racial e poder entender, posteriormente, a natureza dos movimentos negros brasileiros, particularmente os de Londrina - Paraná.

Neste sentido, no primeiro capítulo, pudemos perceber quatro vertentes sócio- historiográficas sobre a participação do negro na escravidão brasileira, a primeira que a escondeu, sob o signo da inferioridade racial nela, enquadramos as análises de Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, Silvio Romero e outros e que pregava ostensivamente a branquidão da raça brasileira. A segunda vertente que denominamos de patriarcalista ou culturalista, é a introduzida por Gilberto Freyre que viu a escravidão de forma benigna, mas que igualmente escondeu as lutas negras no momento que vislumbrou e pregou a harmonia de uma raça brasileira- a mulata-, formada pelo “cadinho” cultural da raça branca, negra e indígena. Uma terceira vertente soma as demais a partir dos anos 50 do século passado, de cunho marxista, criou a concepção do escravo como “coisa”, incapaz de qualquer ação que não fosse aquela determinada pela estruturação econômica. E enfim, uma quarta visão, da qual comungamos que transita entre a acomodação e o conflito no que diz respeito a participação do escravo na sociedade brasileira.

No segundo capítulo, ampliamos a discussão, praticamente, debatendo com as mesmas matrizes sócio-históricas, no que se refere ao processo de libertação do cativo, todas minimizando a participação do escravo no processo e apontando ou para razões sociais e humanitárias dos abolicionistas, ou às razões políticas ou econômicas do governo. Mergulhamos no debate das idéias liberais, jacobinas e positivistas sobre o que fazer com o liberto e mostramos que todas elas de certa forma se limitaram a reproduzir a convicção elitista de que os benefícios populares são limitados por seus interesses políticos, econômicos e sociais e novamente se escondeu qualquer pretensão negra. E nesta trajetória visualizamos a partir dos anos 30, a gestação de um projeto governamental, apanhado de uma “nova elite”, inteiramente respaldado na idéia de harmonia social, colada na idéia de democracia racial. É a gestação do mito de uma nação de identidade única que começou a ser desfeito teoricamente a partir dos anos 50, pelas vertentes marxistas, que só viam a possibilidade prática de dissipá-lo, quando houvesse a uma grande mudança estrutural. Sendo assim, a ação revolucionária, não poderia se limitar às ações particulares como as que evoluíram as questões de desigualdade raciais, por exemplo. Ainda neste capítulo, tentamos provar a tese cunhada por Paulo César Pinheiro de que há na sociedade brasileira um autoritarismo socialmente implantado e que em termos culturais não houve uma total assimilação cultural como se apregoa, mas uma circularidade cultural, como ensina Ginzburg e Bakhtin, entre a cultura hegemônica branca e a cultura negra.

As teses expostas no capítulo três serviram de estímulo para entender a natureza dos movimentos “novos” movimentos negros organizados no período final da ditadura militar e no subsequente. E, chegamos a conclusão, de que são marcadas historicamente por este período de “transição democrática, gestados nas lutas cotidianas, não

pretendem uma revolução estrutural, mas utilizam-se de ações coletivas em busca da autonomia para todos os segmentos sociais, evidenciando uma visão de respeito à diversidade na constituição da cidadania, pressuposto essencial da democracia. É importante salientar, que diferentemente dos movimentos negros do passado, suas estratégias vão além da lutas contra o racismo e exclusão, pregando políticas afirmativas, mas também compensatórias.

No quarto capítulo, traçamos um perfil dos movimentos negros em Londrina- Paraná. Fundada no mesmo período de gestação do mito da democracia racial, aí pudemos perceber que nas primeiras organizações negras sua influência era ínfima, como no caso do “Quadrado” crescente na Sociedade “Princesa Isabel” e grandemente sentido na “AROL”, porém, sempre alertado pelo jogo entre acomodação e conflito. Buscamos na trama, as visões embranquecidas da cidade, com intuito de descaracterizá-las e provar a existência de um número razoável de negros e que possuem uma memória própria que luta por se constituir uma história.

A pesquisa sobre os movimentos negros de Londrina nos mostrou que mesmo através de suas particularidades, uma tendência, algumas vezes voluntárias e muitas vezes involuntárias, de seguir as linhas traçadas pelos movimentos negros nacionais. O MUCON é um exemplo, de reprodução e de constates rompimentos, com aquelas tendências.

O importante, sobretudo, foi entender a cidade como um espaço de lutas, onde o negros nos embates e enfrentamentos cotidianos, foram descobrindo sua identidade e exigindo uma maior parcela de participação. De início, tais enfrentamentos se davam de forma mais disciplinada, mas nem por isso a sua ação foi menos importante, denunciou preconceitos, lutou por espaços físicos para reuniões, ao sua modo denunciou a condição de vida do negro

na cidade e arrancou do poder público diversos benefícios pretendidos pelo grupo. O depoimento dessa liderança negra do início, nos deu a dimensão de seu aspecto assimilacionista, no sentido de criar condições para que o negro pudesse se auto – afirmar, utilizando os mesmos códigos de valores de uma sociedade branca. Enquanto, o MUCON era essencialmente um movimento de enfrentamento direto, de ruptura com o mundo branco. Era um grupo de intelectuais, com um projeto de poder político, no sentido de conscientizar a população negra de sua identidade, revelando o caráter desigual da sociedade brasileira e local. Suas lutas, muitas das quais, promoveram uma releitura de um território marcado pela idéia de um paraíso de brancos, porém, sua tendência política e algumas vezes agressiva afastou não só algumas de suas lideranças, como não conseguiu arregimentar a população negra que tanto almejava, tornando-se um movimento “elitista”. Contudo, devemos em Londrina, dar um significado especial a idéia de grupos de elite negra, pois em todo o momento, tais grupos mencionados, almejavam se tornar popular, no sentido, de não só se verem como vanguarda da população negra, mas de reuni-las em torno da causa. Também, a pesquisa anunciou uma nova liderança na cidade, vinculada a um Conselho Municipal para as pessoas negras, que parece reunir as lutas passadas com as lutas contemporâneas por ações afirmativas e reparações, isto mereceria, contudo, um estudo pormenorizado que foge à dimensão proposta por este trabalho.

Finalmente, no entrelaço entre as visões sócio - historiográficas, negras e da liderança negra e da própria sociedade considerada branca, que estudamos pudemos constatar três visões fortemente arraigadas sobre a participação do negro. A primeira, é ainda aquela da democracia racial, baseada na harmônica miscigenação como alavanca para o progresso e desenvolvimento do país. Esta concepção esconde a identidade negra, obliterando sua luta cotidiana. Atualmente se identifica com exemplos pouco consistentes, entre os quais a

história de vida de alguns negros “vencedores”. Outra concepção igualmente ingênua e imobilista, pois não provoca mudança na forma de analisar o problema, centra-se na idéia de que só uma revolução, agora promovida por uma vanguarda negra poderia romper com séculos de submissão. Esta corrente que também pode ser classificada nas das “utopias de raça”, agrega grupos organizados e racistas que almejam uma sociedade negra, talvez sem o branco. Posição ingênua, pois seria o reverso da medalha.

E, por fim, nos deparamos com uma terceira concepção que procura superar a fragilidade do mito da democracia racial, do racismo negro e excludente. É aquela que percebe a sociedade brasileira, constituída de forma desigual e excludente “racial”, política e economicamente, com micros e macros poderes preenchidos por um “autoritarismo socialmente implantado”, mas que apresenta perspectivas de lutas para reinventar espaços de inovações e transformações. Talvez, esta última corrente esteja inventando uma nova ética, que reafirme nossa capacidade dizer não aos esquecimentos voluntários, preconceitos, exclusões políticas, sociais e econômicas em relação ao negro e a sua história no Brasil.

FONTES**Jornais:**

Folha de Londrina, 18/08/1953

Folha de Londrina, 15/03/1955

Folha de Londrina, 08/06/1955

Folha de Londrina, 13/05/1960

Folha de Londrina, 19/10/1985

Folha de Londrina, 14/05/1986

Folha de Londrina, 24/05/1986

Folha de Londrina, 13/05/1987

Folha de Londrina, 10/05/1988

Folha de Londrina, 11/05/1988

Folha de Londrina, 13/05/1988

Folha de Londrina, 20/03/1990

Folha de Londrina, 28/04/1990

Folha de Londrina, 30/04/1990

Folha de Londrina, 02/10/1990

Folha de Londrina, 09/11/1990

Folha de Londrina, 12/05/1991

Folha de Londrina, 28/04/1992

Folha de Londrina, 20/11/1992

Folha de Londrina, 21/02/1993

Folha de Londrina, 25/06/1993

Folha de São Paulo, 30/10/1994
Folha de São Paulo, 06/11/1994
Folha de São Paulo, 13/11/1994
Folha de São Paulo, 04/12/1994
Folha de São Paulo, 18/12/1994
Folha de São Paulo, 21/01/1995
Folha de São Paulo, 31/01/1995
Folha de São Paulo, 20/02/1995
Folha de São Paulo, 08/04/1995
Folha de São Paulo, 09/05/1995
Folha de São Paulo, 25/06/1995
Folha de Londrina, 21/02/1993

Revistas, Álbuns, Projetos, Boletins e Publicações:

BOLETIM do NEAA –UEL, Os movimentos Negros em Londrina, 1988 (exemplar mimeo.). Londrina- Situação 66. Curitiba: CODEM, 1966.

REVISTA Veja: 25 anos: Reflexões para o futuro. São Paulo, 1993.

PROJETO Manoel Cipriano- A trajetória do pioneiro negro e sua contribuição par organização do negro em Londrina. Idalto José de Almeida, aprovado pela Resolução nº07/93, pelo Conselho Municipal de Cultura de Londrina, em 15 de junho de 1993.

PROJETO Desigualdades Raciais no Brasil, coordenado por Ricardo Henriques para o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas- IPEA - do Ministério do Planejamento, 2001. (versão preliminar).

Leis e projetos de leis municipais :

Projeto de Lei nº 20/86 de 13 de maio de 1986

Projeto de Lei nº 32/87 de 21 de abril de 1987

Lei nº 5.079 de 26 de junho de 1992

Lei, nº6587 de 21 de maio de 1996

Fotografias:

ACERVO Fotográfico do Museu Histórico de Londrina: Fotos n. 4,11

ACERVO Fotográfico do NEAA- UEL: Fotos n. 1,2, 3, 6,7,8,9,10

KUPSTAS, Márcia. Identidade nacional em debate. São Paulo:Moderna,1988.p.99.

Depoimentos orais:

PATROCÍNIO, Neusa. NEAA-UDEL em 1988.

OLIVEIRA, Afonso Vitor de. Projeto Manoel Cipriano em 1993.

NASCIMENTO, Oscar. José Donizetti Brandino de Oliveira em 2001 na cidade de Londrina.

ALMEIDA, Idalto José de. José Donizetti Brandino de Oliveira em 2001 na cidade de Londrina.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Ana Maria C. **A morada do vale: sociabilidade e representações**. Um estudo sobre as famílias pioneiras do Heimtal. Tese de Doutorado, USP. São Paulo, 1997.

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado: representações da política de Londrina, 1930-1975**. Londrina: Editora UEL, 1998.

AZEVEDO, Célia Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites. Século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARREIRO, José Carlos. **O cotidiano e o discurso dos viajantes: criminalidade, ideologia e luta social no Brasil do século XIX**. Tese de doutorado, Departamento de História da FFLCH da USP, 1990.

BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. **Relações raciais entre negros em brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955.

_____. **Branco e negro em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana**. 3ª. ed. São Paulo: Nacional, 1971.

BENATTI, Antonio Paulo. **O centro e as margens: Prostitutas e vida boêmia em Londrina (1930-1960)**. Dissertação de mestrado, UFPR, 1996.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. Entrevista. **Revista de Pós-Graduação em História**. Assis (SP), UNESP, n. 1, 1993.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.

BOURDON & BOURRICAUD. **Dicionário crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

BRESCIANI, Maria Stella; et. alli. (org.). **Jogos da política**. São Paulo: Marco Zero/FAPESP, 1992.

BUGUIÉRE, André (org.). **Dicionário de Ciências Históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CASTRO, Rosemeire A . **O cotidiano e a cidade: práticas, papéis e representações femininas em Londrina (1930 – 1960)**. Dissertação de mestrado, UFPR. Curitiba, 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

CARDOSO, Hamilton. História recente: dez anos de movimento negro. In: **Teoria e Debate-Sociedade**. Fundação Perseu Abramo. n.2. (março de 1988)

CARDOSO, Ciro F. O modo de produção escravista colonial na América. In SANTIAGO, Theo (org.) **América colonial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CHAUÍ, Marilena & FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Conformismo e resistência**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Seminários**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Os mitos da Abolição. **Trabalhadores**. Campinas (SP), Secretaria Municipal da Cultura, (1): 36-40, 1989.

CARVALHO, de José Murillo de. **Formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução de Gy Reynaud. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

____. **A experiência do movimento operário.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CASTRO, Antônio Barros de. A economia política, o capitalismo e a escravidão. In LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **Modos de produção e realidade brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1980.

CASTRO, Hebe Maria. História social. In CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

____. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CERTEAU, Michel. Operação histórica. In LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.). **História: novos problemas.** Tradução de Henrique Mesquita. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888.** Tradução de Fernando de Castro Ferro. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia.** São Paulo: Difel, 1966.

____. **Da monarquia à república:** momentos decisivos. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CERNEV. Liberalismo e Colonização: o caso do norte do Paraná. Londrina: Editora UEL,1997

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

COMTE, Auguste. Curso de Filosofia Positiva. IN **Comte.** Tradução: Arthur Giannotti. São Paulo, 1988.

DAVIS, David Brion. **El problema de la esclavitud en la cultura occidental.** Tradução espanhola. Buenos Aires: Paidós, 1968.

DECCA, Edgar S. de. **A revolução acabou.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 10, n. 20, mar./ago., 1990.

_____. Rebeldia e revolução na História social. In BRESCIANI, Maria Stella (org.). **Jogos da política: imagens, representações e práticas.** São Paulo: ANPUH: Marco Zero, 1992.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

DOIMO, Ana Maria. A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação no Brasil pós 70. Rio de Janeiro: Relume –Dumará,1985.

DURKHEM, Émile. O que é fato social. In RODRIGUES, José Albertino (org.). **Durkheim.**

Tradução de Laura Natal Rodrigues. 3. ed. São Paulo: Ática, 1984.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo: Difel, 1972

_____. A integração do negro na sociedade de classes. 2 vs. São Paulo: Ática, 1978.

FERRO, Marc. **A história vigiada.** Tradução de Doris Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata.** 3. ed. São Paulo: Kairós, 1993.

_____. Organização social do trabalho no período colonial. In PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.).

Trabalho escravo, economia e sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 19. ed. Rio de Janeiro: José Olímpyo, 1978.

GARCIA, Marco Aurélio. Reforma ou revolução/reforma e revolução. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.10, n. 20, mar./ago., 1990.

GENOVESE, Eugene D. **O mundo dos senhores de escravos: dois ensaios de interpretação.** Tradução de Laís Falleiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

____. **A economia política da escravidão.** Tradução portuguesa. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano de um moleiro perseguido pela inquisição.** Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil.** São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed.34, 1999.

GUARINELLO, Roberto Luís. Memória coletiva e história científica. **Revista de História,** v.15, n.28. São Paulo, 1995.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

____. **Uma teoria da história.** Tradução de Dilson Bento de Faria Lima. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 15. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1982.

____. **Livro dos prefácios.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IANNI, Otávio. **As metamorfoses do escravo.** São Paulo: Difel, 1962.

_____. A questão social. **Revista USP**. São Paulo, n. 3, set./nov., 1989.

_____. **Escravidão e racismo**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Memória de famílias escravas em São Paulo**
[exemplar mimeo].

LARA, Sílvia. Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro:
1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LAPA, José Roberto de Amaral (org.) **Modos de produção da realidade brasileira**.
Petrópolis: Vozes, 1980.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento marxista e a cidade**. Póvoa de Varzim – Portugal:
Editora Ulisséia, 1972.

LEFORT, Claude. **As formas de história**. Tradução de Luís Roberto Salinas Fortes e
Marilena Chauí. São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. **A invenção democrática: os limites da dominação totalitária**. Tradução de Isabel
M. Loureiro. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LE GOFF, J. & NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Trad. Théo Santiago. 2 ed. Rio
de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979.

____. **A história nova.** Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LENHARO, Alcir. **Sacralização política.** Campinas: Papyrus, 1986.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In BURKE, Peter (org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

MALHEIRO, Perdigão. **A escravidão no Brasil:** ensaio histórico, jurídico, social. 3. ed. Petrópolis: Vozes: Brasília: INL, 1976, 2 vs.

MARTINS. José de Souza. **Cativeiro da terra.** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto comunista de 1848.** Tradução de Regina Lúcia F. de Moraes. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATTOS, Hebe Maria. História social. In CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Domínios da História** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MOURA, Clóvis. Organizações negras. In SINGER, Paul & BRANDT, Vinicius C. (orgs.). **São Paulo: o povo em movimento.** Petrópolis: Vozes, 1980.

____. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury, **Projeto história.** São Paulo, n10, dezembro, 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. Além da transição aquém da imaginação. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 12, jun., 1985.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos Sociais: cidadania e espaço público - Ano 90. **Humanidades**. Brasília, UNB, 4 (8): 1990 p.499

PILETTI, Claudio e PILETTI, Claudino. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Ática, 1986.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. **Revista USP**. São Paulo, n. 9, mar./maio., 1991.

PRADO JR, Caio. **A revolução brasileira**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

QUEIROZ, Suely Robles R. de. **Os radicais da república**: Jacobinismo: ideologia e ação, 1893-1897. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Escravidão negra em São Paulo**: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX. Rio de Janeiro: José Olympo; Brasília: INL, 1977.

_____. Escravidão em debate. In FREITAS, Marcos C. de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1989.

QUÍCOLI, Paulo César. **A formação e a ocupação de um bairro antigo de Londrina- o exemplo da Vila Nova**. Monografia, apresentada à Universidade Estadual de Londrina, 1984.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. (org.). **Escravidão e invenção da liberdade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____ & GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1966.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Mal-estar e modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Rubens Rodrigues dos (org.). **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. 2.ed. São Paulo: Ave Maria, 1977.

SCHWARZ, Lília M. Relato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. e QUEIROZ (orgs.). **Raça e Diversidade**. São Paulo: Edusp, 1996.

____. Nem Preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In SCHWARZ, Lilia M(org.). **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras,1998.v 4.

SKIDMORE, Thomas E. **O Brasil visto de fora**. Tradução: Susan Smeler. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SLENES, Robert. Escravos, cartórios e desburocratização: o que Ruy Barbosa não queimou. In **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero/ANPUH; mar/maio,1985,v.5,n.10.

SILVA, Jônatas C. da. História de lutas negras. In REIS., João José (org.). **Escravidão e invenção da liberdade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SILVA, José Carlos. Os sub urbanos e a outra face da cidade. Negros em São Paulo1900-1930-cotidiano, lazer e cidadania. Dissertação de Mestrado, IFCH- Unicamp. Campinas,1990.

SILVA, Lucia Helena Oliveira. Construindo uma nova vida: migrantes paulistas afro-descendentes na cidade do Rio de Janeiro no pós –abolição (1888-1926). Tese de Doutorado, IFCH – Unicamp. Campinas,2001.

SILVA, Zélia L. **A história social em questão** [exemplar mimeo.].

SIMON, Cristiano Gustavo B. **O campo da UDR: brasileira, 1985-1988**. Dissertação de mestrado, FFLCH – USP. São Paulo, 1994.

SODRÉ, Muniz. Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

TERRA, Ricardo R. (org.). **Immanuel Kant**: idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita. São Paulo: Brasiliense, 1956.

THOMPSON, Edward P. **Tradición, revuelta e consciencia de clase**: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1979.

_____. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOMAZI, Nelson D. **Norte do Paraná: História e fantasmagorias**. Tese de Doutorado, UFPR. Curitiba, 1997.

TONELLA, Celene e SILVA, Carla. **Contribuição dos Movimentos Sociais para a construção da democracia no Brasil**, paper apresentado no I Fórum de Pesquisa Associado de Pós Graduação em História UEM/UEL Maringá, 2000.

VIDAL, Diana G. De Heródoto ao gravador: História e História Oral. **Revista Reiscente**. Campinas, 1990.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - O NEGRO NA HISTORIOGRAFIA SOBRE A ESCRAVIDÃO.....	8
CAPÍTULO 2 - O DEBATE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO NEGRO NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA.....	24
2.1. Liberalismo, Jacobinismo, Positivismo e Democracia Racial.....	24
2.2. - Revolução Abolicionista.....	32
2.3 O Autoritarismo Socialmente Implantado	38
CAPÍTULO III - PERSPECTIVAS ACERCA DOS MOVIMENTOS NEGROS NO BRASIL.....	45
3.1. Transição e Movimentos Sociais.....	45
3.2. Movimentos Negros	52
CAPÍTULO IV - O MOVIMENTO NEGRO EM LONDRINA	62
4.1. Apresentando o Problema.....	63
4.2. Do Quadrado à Princesa Isabel (1940- 1950).....	68
4.3. Associação de Recreação Operária de Londrina –AROL, 1950-1970.....	80
4.4. Do MUCOM ao Conselho Municipal do Negro: 1980- 1990	97
CONCLUSÃO	107
FONTES.....	115
BIBLIOGRAFIA	119

